

ZERO

FLORIANÓPOLIS, SETEMBRO DE 2010 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVIII, NÚMERO 5

Caretice derrotada!



A lei eleitoral antecipava punições às emissoras de televisão e rádio que ridicularizassem os candidatos. Durante os 41 dias de autocensura, humoristas ocuparam páginas de jornais, denunciaram as medidas da lei que existe desde 1997 e adaptaram a programação de humor nas telinhas. Após o pedido de revisão da lei pela Abert, o ministro Carlos Ayres Britto anulou o dispositivo que limitava a atuação dos artistas e, principalmente, das emissoras de TV.

página 5



Especial

Educação em debate

O futuro da educação em Santa Catarina. Os candidatos ao governo do estado mostraram suas propostas para a rede pública de ensino e responderam a questões polêmicas que interferem na qualidade da educação como a terceirização da merenda escolar, o pagamento do piso salarial aos professores e o que deve ser mantido ou alterado nos próximos quatro anos no sistema educacional catarinense.

páginas 8 e 9

Eleições 2010

Poder econômico

O financiamento de campanhas políticas com dinheiro de empresas expõe os problemas da democracia brasileira. As doações de empresas privadas favorecem casos de corrupção e a eleição de grupos que dispõem de mais recursos. Outra falha é a fiscalização das contas dos candidatos. Para acabar com essa situação, há diversos projetos de lei para instituir o financiamento público de campanha no Brasil.

página 15

E mais...

Cálculos para as eleições proporcionais são complexos e confundem eleitores e candidatos.

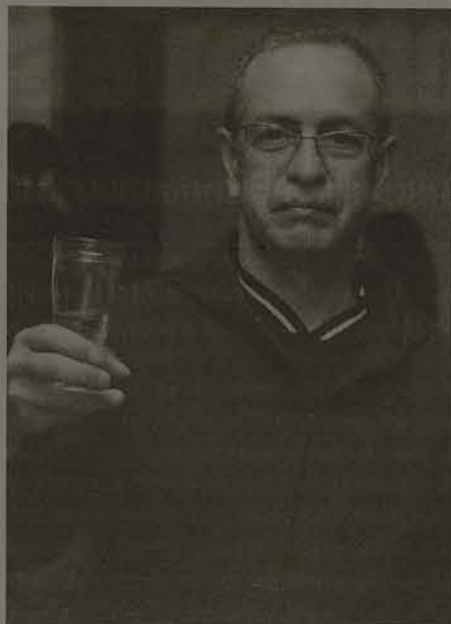
página 4

A la jovem de partidos configura espaço e oportunidade para a politização dos mais novos e formação pessoal.

página 13

Em tempos de internet, twitter e facebook, o espaço público da rua ainda é fórum obrigatório para dar visibilidade a candidatos.

contracapa



Benção para loucuras

Sérgio é Serginho. Uma lenda nos corredores, nas festas com seu absinto, nas suas aulas mais na porta que dentro do laboratório de telejornalismo. Com cigarro na mão, ele vinha sempre contar uma grande história, com pausas de silêncio entre falas que me deixavam curiosa pra saber se ele estava para falar ou ouvir. Eu ouvia. Sempre tinha uma moral misteriosa no fim.

Outro dia fiquei ouvindo uma história sobre colonização inglesa, guerra e conflitos, toda ilustrada, com números e pausas. Sem saber onde ia chegar, ouvi toda história para no fim entender: ele havia pesquisado a história do Taiti para me preparar para meu TCC -- apenas havia errado o oceano. "Ideias loucas", eu pensava cá comigo.

Foram dessas loucuras que fui parar no Haiti. De um insight, decidimos participar do Projeto Rondon, e foi lá, entre figurões do Ministério da Defesa que Serginho conseguiu total apoio para meu TCC: a BR transamazônica. "Quero ir pro Haiti", falei pro general como criança mimada que desrespeita seu pai.

Tivemos nossas incompatibilidades de loucura. Serginho voltou da Amazônia dizendo sem pudor que eu tinha mau-humor crônico -- e tenho. Pela convivência intensa nestes quatro anos, de viagens, projetos paralelos e disciplinas optativas com ele, sei de qualidades infindáveis que muitos amigos antigos, alunos dinossauros e colegas com certeza compartilham.

A vontade de quebrar paradigmas era grande, de caricaturar a regra, de criticar o jornalismo quadrado. Atrás disso, veio a discriminação silenciosa, acobertada hoje por elogios rasgados que, imagino, fariam Serginho rir. Com um cigarrinho na mão, um copo de plástico com café na outra, a mochila bege nas costas, imagino ele rindo de boca fechada, com o som gutural daquela risada irônica clássica.

Serginho não nos quer alumni, sem luz. Serginho quer nos ver voando, produzindo na rua, fora do curso. Ria da burocracia institucional, e nos dava bênção para loucuras, tirando todos os obstáculos do caminho. Uma sutileza mais nobre que um título acadêmico. Serginho não acreditava em educação bancária, com a licença de citar Paulo Freire. Deixava-nos livres para passar a aula discutindo tudo -- tanto o conteúdo da aula, quanto o jornalismo atual, quanto que Maldivas ia desaparecer. Ia do estudante utilizar-se bem da aula.

Não é preciso mitificar Serginho após sua morte -- ele já era um mito.

Juliana Sakae

EDITORIAL

Quem vai decidir as eleições de 2010?

Uma eleição marcada por opacas clivagens políticas, por um incompreensível catálogo de alianças partidárias e uma considerável guinada ao centro. Marcada pelo continuísmo, tanto na disputa presidencial quanto pelos governos: em apenas cinco estados a oposição está na frente, e em seis há empate técnico. Uma eleição morna.

Conservadores, moralistas, feministas, antenados, formados, evangélicos, modernos, otimistas, continuístas, yuppies, intelectuais, presos provisórios, sem-bolsa-família, solteiros, mudos de carteirinha, individualistas, liberais, conectados, sem-acesso-a-rede-de-esgoto, indecisos. Quem são os 135 milhões de eleitores da disputa mais insossa da história do país?

Não se pode mais bater na tecla do fim da ditadura lembrando o perfil marcante do eleitorado de então para criticar a apatia do de hoje. Os tempos eram outros, existia uma maior clareza ideológica e não as atuais saladas políticas, conhecidas como partidos. O cenário era muito mais propício para ousar. Hoje, o eleitor está mais maduro e carrega o peso de ter o perfil mais democrático de todos

os tempos. Sabe que não se tem mais espaço para aventuras de generais. Tem acesso a informação mais do que nunca, como exemplo mais recente, a entrada das classes C e D no mundo virtual -- 41% dos brasileiros estão on-line. Hoje, o cidadão tem demandas maiores, exige como nunca exigiu antes e parece ter mais consciência da importância do seu voto. Está mais interessado em seus próprios direitos do que na escolha de um campo ideológico.

Ele quer saúde, educação e segurança acima de tudo. Uma pesquisa do IBGE, realizada em agosto, mostra que a preocupação com empregos e custo de vida vem depois. Em um Brasil que acaba de bater recorde em emprego formal e que dobrou o salário médio em 20 anos, o cidadão se sente mais estável e apto a exigir seus direitos de base. Em 2010, os gastos com a saúde do governo federal foram de 44 bilhões de reais, o que significa R\$ 0,638 por dia com cada cidadão e representa apenas 1,7% do PIB brasileiro. Dezoito milhões de analfabetos ainda perambulam pelo país. Um gasto de 57 bilhões por ano consequente da violência: manutenção de presídios, assistência às vítimas, etc.

Dois terços dos eleitores vão às urnas levando em consideração as propostas relacionadas ao meio ambiente, que mesmo não estando no centro do espectro das preocupações do eleitor, vem ganhando um peso insigne. Agora tanto na corrida por um espaço na cabeça do cidadão quanto na dos 22 mil candidatos registrados, a cultura (ou o incentivo a ela) ficou para trás. Quem sabe na próxima?

Não significa que estamos falando do eleitorado ideal, os votos para legislativo, por exemplo, continuam coniventes e com concepções de escolha inaceitáveis, fazendo explodir candidaturas como a de Paulo Maluf, mais votado em 2006 e Francisco Everardo Oliveira Silva, conhecido como Tiririca, que está para quebrar recordes de votos nesta eleição.

O brasileiro está preocupado com soluções diretas, pontuais e imediatistas. Neste silêncio eloquente de ideologia abre-se espaço para um oportunismo eleitoral, criando candidatos-estereótipos para cada exigência do eleitor. Alimenta-se, assim, um abismo entre os anseios do cidadão e a impassibilidade dos eleitos.

ZERO NO TEMPO



Em um Brasil collorido e de democracia embrionária, o ZERO fez uma edição especial em dezembro de 1989 cobrindo as primeiras eleições presidenciais diretas depois de 29 anos de ditadura. A edição traça o perfil de um país inquieto, excitado pelo direito recuperado, mas cético com as promessas de campanhas, trazendo também uma sóbria crítica sobre a comemoração dos cem anos de falsa República.

CHARGE



Sobre o ilustrador

Felipe Parucci tem 27 anos, é estudante da sétima fase de Design Gráfico da UFSC e ilustrador e infografista do Diário Catarinense de Florianópolis. Para entrar em contato com o autor, escreva para o e-mail felipson@gmail.com.

Para publicar

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para zero@cce.ufsc.br. Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVIII - Nº 5 - Setembro de 2010
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 21 de setembro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP: 88040-900
Tel.: (48) 3721-6599/ 3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Alex Sobral, Bárbara Lino, Berenice dos Santos, Camilla Raposo, Cláudia Mebs, Cláudia Xavier, Daniela Bidone, Diego Vieira, Gabrielle Estevans, Hermano Buss, José Monteiro Junior, Luiza Lessa, Rosielle Machado, Tomás M. Petersen, Thiago Pereira, Wesley Klimpel. **EDIÇÃO** Bárbara Lino, Berenice dos Santos, Camilla Raposo, Cláudia Mebs, Daniela Bidone, Diego Vieira, Flora Pereira, Hermano Buss, Rosielle Machado, Thiago Verney, Tomás M. Petersen, Wesley Klimpel. **FOTOGRAFIA** Alex Sobral, Camilla Raposo, Hermano Buss, Luiza Lessa, Leonardo Lima, Wesley Klimpel. **EDITORAÇÃO** Alex Sobral, Camilla Raposo, Flora Pereira, Hermano Buss, Luiza Lessa, Rosielle Machado, Thiago Verney, Wesley Klimpel. **INFOGRAFIA** Henrique Napolini, Rogério Moreira, Thiago Verney, Wesley Klimpel. **PROFESSOR-COORDENADOR** Jorge Kanehide. Ijuim MTb/SP 14.543. **MONITORIA** Marlana Porto, Luiza Fregapani. **IMPRESSÃO** Diário Catarinense. **CIRCULAÇÃO** Nacional. **TIRAGEM** 5.000 exemplares.

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

ZERO

É um dever de todos querer participar?

Especialistas atentam para a necessidade do voto, mas divergem sobre a necessidade de uma lei que o obrigue

Um projeto de lei que pretende acabar com as punições para o eleitor que deixar de votar nas eleições foi apresentado no último dia 6 de julho e não tem data para ser votado no congresso, mas já gera discussões. Caso aprovada, a lei prevê que a pessoa que não comparecer às urnas não perderá mais os direitos de ser aprovado em concurso público, participar de licitação, tirar passaporte, entre outras. As únicas punições que devem ser mantidas são a multa de 5% a 20% do salário-mínimo e a possibilidade de cancelamento do registro eleitoral. Isso implicaria em um grande passo para tornar o voto facultativo, pois sem punição não há obrigação de participar.

A atual constituição brasileira mantém o voto obrigatório desde o Código Eleitoral de 1932. Dos 232 países do mundo, apenas 24 adotam o voto obrigatório e, desses, 13 são da América Latina. Com exceção da Costa Rica, todos os países que adotam o voto obrigatório têm em sua história intervenções militares, golpes de estado e autoritarismo. Em países como Estados Unidos, Alemanha, Canadá e Itália, por exemplo, o voto é livre.

Os que defendem a obrigatoriedade do voto acreditam que países como o

Brasil ainda não estão preparados para migrar para o voto facultativo, pois a democracia deles ainda não está amadurecida o suficiente. Para eles, o ato de votar seria uma responsabilidade que cada cidadão tem com a coletividade, uma função pública que ainda precisa ser exercitada e a obrigatoriedade do voto estimularia o debate político em locais de lazer e trabalho.

Já os que são favoráveis ao voto livre acreditam que os brasileiros estão, sim, aptos a encarar essa mudança. Eles lembram que nas últimas décadas o Brasil passou por fortes transformações econômicas que geraram uma sociedade mais urbanizada, com acesso aos meios de comunicação e, portanto, muito mais madura politicamente. Votar seria um direito e não um dever. Para eles, se o ato de votar fosse uma escolha, apenas os cidadãos conscientes iriam às urnas e candidatos mais capacitados seriam eleitos.

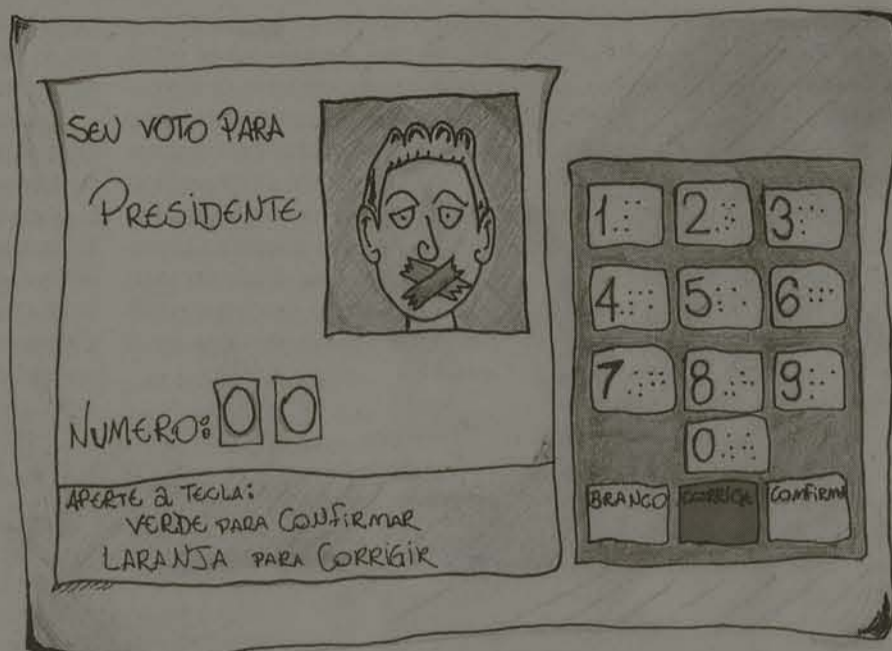
A discussão é longa e os argumentos contra e a favor são muitos. O pensamento de ambas as partes converge em um só ponto: a necessidade de participar. Alguns movimentos têm incentivado o voto branco e nulo como forma de protesto e preocupam alguns especialistas pois, segundo eles, prejudicam a

democracia do país na medida que cada vez mais pessoas se isentam de votar.

Alguns desses movimentos defendem ainda que se houver mais de 50% de votos nulos e brancos a eleição será cancelada e uma nova terá que ser feita com novos candidatos, mas isso não é verdade. A eleição se decide apenas com a contagem dos votos válidos e isso exclui brancos e nulos.

Muita gente não sabe, mas votar branco ou nulo não tem quase nenhuma diferença. O voto nulo ocorre quando o eleitor digita, de propósito, um número errado na urna eletrônica e confirma o voto. Já para votar em branco, o eleitor aperta o botão "branco" do aparelho e confirma.

Para se eleger o candidato precisa ter 50% dos votos mais um. Antes, os votos brancos contavam nessa porcentagem de votos válidos. Em 1997 houve uma mudança na legislação que passou a descartar ambos na hora da contagem dos votos. Na prática, é como se o eleitor não tivesse ido votar.



Será que o brasileiro está preparado para dar esse passo na democracia? Votar é um direito ou uma responsabilidade de que temos enquanto cidadãos? O voto facultativo abriria espaço para fraudes? Para debater o assunto, o ZERO conversou com Clycie Bertoli, secretária judiciária do TRE/SC, formada em direito pela UFSC, cursou especialização em administração de eleições na França, trabalha há 24 anos no TRE/SC e defende o

voto obrigatório. Conversamos também com Valda de Souza Mendonça, analista judiciária do TRE-SC, pós-graduada em direito pela UFSC, escreveu o livro "Voto livre e espontâneo: exercício de cidadania política consciente" e defende o voto livre.

Bárbara Dias Lino
barbaradiaslino@gmail.com

Contra o voto facultativo

“As pessoas sempre pensam no voto como uma obrigação, mas eu não acho isso. Votar é um direito constitucional assim como o direito à saúde, educação e segurança. A diferença é que eu não vejo nenhum desses direitos serem completamente respeitados, mas o direito ao voto eu vejo.”

Nós não podemos não ser cidadãos e deixar de usar as coisas que são colocadas à disposição da sociedade, como o esgoto e as estradas, por exemplo. Portanto, fazemos parte dessa sociedade e não podemos deixar de contribuir para ela. Cada um pode votar da maneira que quiser, mas não pode deixar de participar. Como somos seres sociais, não podemos não ser cidadãos. Por isso é necessária a participação de todos que fazem parte dessa sociedade.

As pessoas não se dão conta de que o voto é capaz de mudar muitas

coisas, o que elas não querem é se incomodar. No Brasil é muito comum as pessoas reclamarem de seus representantes, mas elas podem participar de um partido político e tentar mudar esse panorama. Hoje em dia com a internet você pode saber o que está acontecendo em todas as partes do mundo, então não tem mais desculpa para não participar de maneira consciente.

A sensação que eu tenho quando uma pes-

soa deixa de votar, ou vota em branco ou nulo é que nós [justiça eleitoral] nos dedicamos tanto para que dê tudo certo, sempre procurando conscientizar a população e essa pessoa joga todo esse trabalho no lixo.

A consciência não está veiculada ao voto ser obrigatório ou não. A gente quer que as pessoas entendam que votar é um dever, mas mais do que isso, é um direito. Em países como a França, por exemplo, a vontade de ser cidadão é tão forte que a propaganda eleitoral não é vista como um incômodo. É algo que precisa ser assistido para escolher em quem votar. Eles tem uma outra relação com a cidadania.

Se nós tirarmos o voto de todos eu acredito que pode haver mais manipulação. No nordeste, por exemplo, há lugares que alguns partidos sabem que são redutos de um candidato e então impedem aquelas pessoas de votarem. Então imagine se o voto não for obrigatório no sentido legal.

A consciência só se forma quando as pessoas têm o dever de participar. Eu sou de uma época que não se podia votar, então o voto pra mim não é uma coisa de que eu posso abrir mão. Se as pessoas não se mobilizarem o poder vai ficar nas mãos de poucos. Com tantos candidatos, não é possível que não haja ao menos um que satisfaça as expectativas de cada pessoa.”

Clycie Bertoli é secretária judiciária do TRE/SC

A favor do voto facultativo

“Eu sempre questioneei o porquê do voto ser obrigatório. Constatei então que essa idéia surge do conceito de soberania nacional em oposição à idéia da soberania popular. A soberania nacional coloca o Estado acima do cidadão, nela o cidadão passa a ser instrumento do Estado e o voto se torna apenas dever. Quando se defende uma soberania popular, que é o que está na constituição, o poder emana do povo e é por meio dele que são escolhidos os representantes. O povo é que é o soberano e o Estado existe para os cidadãos. Para mim não faz sentido o voto ser obrigatório porque o cidadão passa a ser mero instrumento. Ainda mais que há uma punição.”

Outro motivo que me faz ser contra o voto obrigatório é que na verdade a pessoa é obrigada apenas a participar, mas não a votar. A pessoa pode chegar lá e votar em branco. Isso pra mim não faz sentido. Esse tipo de coisa é da época do império, quando começaram os primeiros governantes, pra arrebatar as pessoas. Depois tivemos a época do voto de cabresto em que as pessoas nem sabiam por que estavam votando. Tudo isso passou.

Hoje eu acho que o Brasil já está preparado. Ultrapassamos muitas etapas, não tenho dúvidas. As propagandas deveriam ser no sentido de dizer que o cidadão tem o poder de escolha e ele

é o soberano, o autor da história e o detentor desse poder, por isso deve ir às urnas e exercer esse direito de escolher o destino.

A minha idéia é que o voto não seja coercitivo. Eu gostaria que as pessoas pensassem 'eu vou porque eu quero participar dessa festa democrática. Vou porque é importante! Obrigadas, as pessoas acabam vendendo o voto como algo sem importância. Fazer algo obrigado, mesmo que seja comer o doce que você mais gosta, se alguém te disse que você é obrigado, ele perde sabor.

Eu vejo que o voto livre não abriria para fraudes porque quem não valoriza seu voto e precisa ser arrastado pra votar facilmente vende voto, mas quem vota com consciência não vai ter dinheiro nenhum que consiga isso, muito pelo contrário, essa pessoa vai ser a primeira a denunciar alguém que fez uma proposta desse tipo. E hoje com o voto eletrônico tudo ficou mais seguro.

É preciso investir um pouco mais em deixar isso claro para todos entrarem igualmente nesse esclarecimento. A importância da escolha deve ser ensinada nas escolas. Direitos como o voto da mulher demoraram muito a valer, então eu tenho esperança de que um dia se faça valer a constituição e o poder possa emanar do povo.”

“Na verdade a pessoa é obrigada apenas a participar, mas não a votar. A pessoa pode votar em branco. Isso pra mim não faz sentido”

Valda de Souza Mendonça é analista judiciária do TRE/SC

Proporções deixam disputas confusas

Regras que valem para cargos do legislativo possibilitam a eleição de candidatos com menos votos que outros

O sistema eleitoral brasileiro prevê que devem ocorrer dois tipos de disputas, majoritárias e proporcionais, cada uma com suas regras. As cadeiras dos deputados federais, um dos cargos decididos proporcionalmente, são divididas de acordo com a população de cada estado. E para conseguir uma vaga no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas, os políticos precisam fazer parte de um partido ou coligação que obtenha certo número mínimo de votos (Veja infográfico). Além disso, as decisões tomadas dentro destes órgãos refletem os cálculos utilizados antes e depois da apuração dos votos. Para o eleitor, as consequências de sua escolha nas eleições proporcionais podem não ficar evidentes.

Quem vota no Brasil tem a possibilidade de escolher entre o voto por legenda ou nominal, ou seja, diretamente no candidato. De acordo com relatório do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, nas eleições de 2006, 218.697 votantes catarinenses elegeram um partido para compor a Câmara Federal, o que corresponde a 6,09% do total de votos. Mesmo quando a escolha é nominal, o eleitor pode ajudar o partido a quem seu candidato pertence sem que o político consiga uma vaga. Segundo o professor Yan de Souza Carreirão, do departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, existem vários métodos eleitorais no mundo, todos com vantagens e desvantagens. Existe, por exemplo, um sistema proporcional em que o voto é apenas no partido, que já tem uma relação pré-estabelecida dos candidatos que irão se eleger. "O que temos no Brasil é uma lista aberta, o que dá maior flexibilidade de voto e peso à escolha do eleitor", completa Carreirão.

A legislação brasileira atual também permite que sejam feitas coligações partidárias durante as eleições proporcionais, antes proibidas. Uma alteração no Código Eleitoral, em vigor desde as disputas de 2006, deliberou que a escolha das alianças para Câmara Federal e Assembleias Legislativas cabe às Convenções Regionais de cada partido. Essa mudança trouxe outras discussões à questão da distribuição de vagas. De acordo com Carreirão, o PC do B tem a tática frequente de se filiar a uma aliança forte e apresentar apenas um candidato, com o objetivo de que os simpatizantes do partido votem no mesmo político. "Caso a coligação consiga cinco vagas, a chance de o político do PC do B ser um dos mais votados é grande, já que os votos foram concentrados", explica o professor.

Outra polêmica é a união de partidos com ideologias diferentes, ou seja, das chamadas direita e esquerda. Um estudo realizado por Carreirão indica o crescimento destas coligações, denominadas "inconsistentes". Na comparação entre o período de 1986/1998 até o ano

de 2002, esta prática aumentou 27% nas disputas para deputado federal e 21% para deputados estaduais. Os especialistas na área indicam duas propostas principais para resolver esses conflitos. Uma delas é que voltem a ser proibidas as alianças partidárias nas eleições proporcionais. A outra adaptaria a lei atual, e seria feita uma divisão das vagas dentro da coligação, para que o partido mais votado tenha direito a mais que os outros.

Benefícios

O resultado das eleições se reflete nas decisões dentro do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas. Os partidos com maior representação conseguem uma série de benefícios, principalmente por meio do poder Executivo. Tanto o presidente como os governadores precisam do apoio dos parlamentares para que seus projetos sejam aprovados. A mesa diretora, por exemplo, que decide quais pautas serão discutidas, é formada por representantes dos partidos com maior bancada. O privilégio continua na distribuição dos cargos das comissões e na definição do tempo que cada partido poderá utilizar para propaganda eleitoral nos meios de comunicação. Além do horário eleitoral gratuito, os partidos também têm uma cota de publicidade fora do período de disputas. Outra regalia está na distribuição do fundo partidário - recursos administrados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e destinados à manutenção dos partidos políticos. A maior parte da verba é do Orçamento da União e

a repartição é feita considerando quais são as bancadas mais representativas na Câmara Federal.

Toda essa peculiaridade do sistema eleitoral brasileiro faz com que alguns partidos políticos tenham força a ponto de sua decisão poder mudar o rumo da aprovação de uma lei. Enquanto as eleições majoritárias, em que os mais votados conseguem os cargos, facilitam a compreensão do eleitor, as proporcionais podem ser nebulosas com a utili-

zação de tantos cálculos. Um candidato com mais votos do que outro não tem uma vaga garantida, é necessário que o partido ao qual pertença consiga captivar um número mínimo de votantes. Às vezes a situação é contrária, e um político consegue votos suficientes para se eleger e também assegurar a vaga de outros. O recorde aconteceu nas eleições de 2002, quando o candidato a deputado federal por São Paulo Enéas Carneiro (Prona) alcançou 1.573.642 votos, o

suficiente para garantir seis cadeiras na Câmara dos Deputados. Quem escolheu o Enéas talvez não imagine a dimensão de sua contribuição para o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona), porque o voto em eleições proporcionais pode tomar alguns caminhos inesperados.

Daniela Bidone
danibidone@gmail.com

Os cálculos do Voto Proporcional

Altair Guidi (PPS) e Sérgio José Goudinho (PSB) eram candidatos a Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2006. Guidi foi eleito com 18.177 votos, enquanto Goudinho, que obteve 10 mil votos a mais, não conseguiu uma vaga. A explicação para isso está no sistema eleitoral brasileiro, em há disputas majoritárias e proporcionais. Os cargos de presidente, governador, senador e prefeito são decididos de forma majoritária, ou seja, quem conseguir o maior número de votos é eleito. Já os deputados federais, estaduais e vereadores concorrem de forma proporcional, o que é o caso de Guidi e Goudinho. Este método inclui cálculos para distribuição das vagas considerando o número total de votos de cada partido ou coligação.

Primeiro passo: quantas cadeiras para cada estado

No caso dos deputados federais, antes das eleições ocorre a disposição das bancadas na Câmara Federal de acordo com a população dos Estados. Para isso, é feita uma divisão do número de habitantes do Brasil estipulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano anterior pelo total de cadeiras na Câmara.



O resultado, chamado de quociente populacional, é dividido pela população dos Estados e do Distrito Federal, o que define a representação parlamentar de cada um.

A legislação determina que nenhum Estado pode ter menos de oito deputados ou mais de 70, para assim evitar que a disparidade de residentes nas regiões brasileiras se reflita no Congresso Nacional.



Só para deputados federais
Deputados federais e Estaduais

Segundo passo: o mínimo de votos para entrar nas casas

A metodologia das eleições proporcionais começa a ser utilizada depois da apuração dos votos. Com todos os brancos e nulos descartados, é feita uma divisão dos votos válidos pelo número de vagas a serem ocupadas. Na disputa dos deputados

federais, o cálculo é com o algarismo que representa a quantidade de cadeiras que o Estado pode assumir no Congresso Nacional. Já para os parlamentares estaduais, a divisão é pela quantidade total de vagas da Assembleia Legislativa.

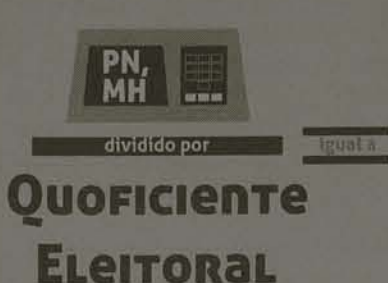


Quociente ELEITORAL

O resultado será o quociente eleitoral, que na prática é o número mínimo de votos que um partido ou coligação precisa atingir para ocupar pelo menos um lugar no parlamento.

Terceiro passo: a dança das cadeiras

São contados os votos válidos de cada aliança partidária, e este resultado é dividido pelo quociente eleitoral. O número que deriva deste problema geralmente é decimal, mas a parte inteira representa as cadeiras já garantidas pelo partido ou coligação. Por exemplo, se o cálculo resultar em 5,36, as cinco vagas já estão reservadas



números de vagas garantidas

Os números decimais ao fim das contas mostram que o Congresso Nacional ou Assembleia Legislativa terão lugares sobrando. Para resolver isto é feita a última proporção, em que são divididos os votos válidos dos partidos ou coligações pelo número de vagas já obtidas mais um. Após todos os cálculos para a distribuição de vagas, os mais votados dos partidos ou coligações assumem os cargos.

Censura ao humor derrotada no Supremo

Dispositivo da Lei Eleitoral foi fonte de polêmicas por limitar liberdade de expressão

As emissoras de televisão e rádio já podem respirar aliviadas. Ainda que seja uma ordem provisória, o ministro Carlos Ayres Britto, vice-presidente do Superior Tribunal Federal, invalidou o dispositivo da lei eleitoral que proibia os quadros e programas de humor a retratarem os candidatos. A decisão, tomada no dia 27 de agosto, é resultado do pedido de revisão da lei pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert). O grupo havia entrado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, justificando que o dispositivo feria o direito à liberdade de expressão.

Alguns dias antes, Dilma e Serras marcavam presença na passeata "Humor sem Censura", na Praia de Copacabana. A novidade é que eles não trocavam farpas e usavam a mesma camiseta de campanha, estampando a imagem de um palhaço com uma rolha na boca. A cena

"Só se proíbe o que está incomodando. Ninguém proíbe a Mulher Melão de rebolar a bunda diante das câmeras"

deixava até mesmo a penteadada Dilma e o contido Serra engraçadinhos. Junto com eles, uma porção de pessoas com máscaras e nariz de palhaço carregava faixas e seguia os líderes da caminhada. O trecho percorrido foi apenas representativo; um quilômetro, do Copacabana Palace até o Leme. Mas a manifestação foi de peso. Humoristas conhecidos, como Carlos de La Peña, Sérgio Malandro, Fábio Porchat e Danilo Gentili, uniam-se a cerca de 400 pessoas que gritavam em coro a marchinha "humor sem censura, abaixo a ditadura". A passeata aconteceu em um domingo, 22 de agosto, consequência da mobilização puxada pelo grupo *Comédia em Pé*. A intenção dos organizadores foi a de realizar um abaixo assinado pedindo a revisão do mesmo dispositivo apontado pela Abert, que vedava "usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido político ou coligação, bem como produzir ou veicular programa com esse efeito".

A manifestação repercutiu o que os humoristas não faziam desde o dia 6 de julho: adicionar efeitos nas gravações com os candidatos às eleições ou imitá-los nos programas de humor. A data marcou o início de três meses em que esses programas teriam que adaptar o formato e a abordagem sobre o tema eleitoral.

Cowboy fora da lei

A lei nº 9.504, que estabelece as normas para as eleições, foi reformulada em 1997 e desde aquela época já proibia o uso de trucagens e montagens com os candidatos. Ano passado, a inclusão de dois incisos no artigo 45 da lei reforçou o que se entendia por esses dois conceitos. Mas o frio na espinha das emissoras

tinha outra razão: o valor das multas àqueles que ferissem a lei; a infração poderia chegar a até R\$106 mil e dobrar em caso de reincidência.

Para não correrem o risco, as emissoras tiveram que driblar a lei e modificar a programação de humor, sem que o assunto "eleições" morresse. No programa *Custe o Que Custar*, da Band, Marco Luque alertava que a matéria da repórter Mônica Iozzi seria "sem piadinha". A mais nova integrante do programa havia entrevistado, em São Paulo, os cinco candidatos à presidência com maiores percentuais de voto. As brincadeiras com os presidenciáveis continuaram e até alguns efeitos sonoros embalavam as respostas dos entrevistados. Mas não se viu mais os efeitos gráficos, clássicos do CQC. Gravata no pescoço de um, vermelhidão no rosto de outro, não mais.

Foram esses elementos que despertaram o interesse de Débora Mota no programa. A estudante de ensino médio considera as entrevistas com políticos um dos blocos mais atrativos do CQC. "Gosto como eles lidam com os políticos. Falam o que tem que ser dito e o que todo brasileiro que se interessa pelo assunto tem vontade de dizer". As eleições de outubro marcam o primeiro ano de Débora com um título de eleitor. É principalmente através do programa de entretenimento que ela se informa sobre política. "Deixar os candidatos na saia justa é um modo de avaliá-los, com perguntas pertinentes e inteligentes, que não usem a humilhação. Considero um modo de ver a segunda face de um candidato, não só a que passa no horário político".

Se atualmente o brasileiro encontra uma diversidade de programas humorísticos, o pioneiro a tratar sobre política foi o *Casseta e Planeta*, no ar pela Rede Globo desde 1998. O programa aposta na imitação de candidatos, prática que até hoje é referência para os telespectadores. "Eu gostava quando o Bussunda imitava o Lula. Depois da morte do humorista, mais nenhum personagem me chamou a atenção", confessa Débora.

Em abril deste ano, quem sintonizava o programa *Casseta e Planeta* assistia a um *Big Brother* fora de época. Os enclausurados da

vez eram Xingo Gomes, José Careca, Magrina da Silva e Dilmandona Rousseff. Na abertura do *Big Brother Brasília*, a música questionava o telespectador. "Se a gente pudesse trancar a galera que vai se candidatar, será que sobraria alguém pra você voltar?". No fim, quem sobrou foram as gravações. Em maio, os humoristas substituíram a sacada por encenações de outros personagens. Os blocos sobre as eleições continuaram a ocupar espaço no programa, mas os personagens não faziam referência às características dos candidatos reais.

A adaptação realizada pela turma do *Casseta e Planeta* também ocorreu no programa *Pânico na TV*, da Rede TV. A artista Sabrina Sato, que costumava entrevistar os políticos no Congresso, suspendeu as visitas; o mesmo aconteceu com os outros quadros do programa relacionados à política.

Censura, sim

Orides Mezzaroba, professor de Direito da UFSC, entende o dispositivo da lei como uma medida voltada para o controle entre os partidos. "Ela serve para evitar que os candidatos desmereçam a qualidade uns dos outros, durante o horário político gratuito." Entretanto, Mezzaroba concorda que a lei gera dúvidas e, se destinada aos programas televisivos e de rádio, fere a constituição: "A lei 9504 deve ser aplicada ao processo eleitoral e não para o controle da sociedade, como acontecia no passado. Isso é profundamente antidemocrático." A opinião é compartilhada pelo humorista Kim Archetti, que considera a proibição

ao humor uma forma de censura. Um dos finalistas do programa CQC e praticante do *Stand-up Comedy*, Archetti acredita que é papel do humor criticar e provocar a reflexão. "Só se proíbe o que está incomodando. Ninguém proíbe a Mulher Melão de rebolar a bunda diante das câmeras".

Censura também é a palavra usada pela humorista Agnes Zuliani, do grupo *Terça Insana*, para definir o período sem humor na política. "Mais uma vez o poder procura se proteger." Ela concorda que a atividade é capaz de promover a reflexão do eleitor brasileiro e levantar questões pouco divulgadas pela mídia, mas acredita que o humor não tem o poder de mudar a ideologia das pessoas. "Não podemos acreditar que o humor transforme a sociedade. É dar a ele uma importância que ele não tem."

Nos EUA

Quando o assunto é humor na política, o caso da comediantes Tina Fey é o mais comentado dos Estados Unidos. Ela ganhou destaque após imitar a candidata Sarah Palin, que concorria à vice-presidência do país, no programa *Saturday Night Live*, da NBC. O humorístico é conhecido pelas sátiras aos políticos norte-americanos, especialmente durante as eleições. Os candidatos que são alvos das ironias frequentemente são também os convidados do programa. Seguindo a mesma linha, o programa *The Daily Show*, apresentado pelo comediantes John Stewart, não se prende só à política; jornalistas e a indústria de comunicação como um todo são alvo do humor ácido de Stewart. "O programa é temido pelos políticos, mas porque traz um humor embasado e de grande qualidade", comenta Agnes.

Aqui no Brasil, os humoristas justificam a mobilização tardia pela mudança do cenário televisivo. Há 13 anos, quando a lei eleitoral entrou em vigor, havia poucas inserções de humor na programação das emissoras. "Existe um 'boom' no humor brasileiro com a chegada de estilos como o

Stand-up Comedy até a televisão. Muito disso devemos também ao youtube e outras redes sociais", explica Archetti.

Democracia para quem?

Itamar Aguiar, professor de Sociologia e Ciências Políticas da UFSC, alerta que o debate sobre a democracia na mídia não deve ficar restrito aos humoristas. "Será que a reivindicação da Abert é a mesma da sociedade, dos artistas e dos próprios humoristas?". Aguiar acredita que o debate está vinculado às mudanças sociais e já figura na agenda pública brasileira, através de conferências nacionais e regionais que incluem a participação da sociedade civil para uma comunicação mais democrática. É a população que questionaria, inclusive, a forma com que os programas de humor lidam com os assuntos políticos. "Até que ponto esses programas fazem jus à diversidade cultural do país?".

Há mais de vinte anos atuando como atriz, Agnes conhece a dependência dos programas humorísticos. "A mídia trabalha de acordo com seus interesses comerciais e os programas de humor estão sujeitos a isso. Ou seremos ingênuos o suficiente para acreditar na independência deles?". Agora, poucos dias após a anulação do dispositivo que proibia o humor na política, fica o desejo de programas que sigam as palavras de Henfil. "Quando eu faço um desenho, eu não tenho a intenção que as pessoas riem. A intenção é de abrir, e de tirar o escuro das coisas".

Claudia Mebs
claudiamebs@gmail.com



Andar é preciso; votar não é preciso

Para onde vão e o que devem fazer os eleitores que vivem em comunidades de difícil acesso de Florianópolis

Toda vez que vai para o almoço de domingo na casa da sogra, Anderson Villela, 24 anos, precisa caminhar aproximadamente 30 minutos entre subidas e descidas íngremes na encosta do morro. A trilha calçada não suporta veículos por ser muito estreita. Exige um pouco de esforço, que é compensado pela bela vista de toda a baía do Pântano do Sul. Os seis integrantes da família de Villela moram na praia do Saquinho, aonde não chega a rede elétrica, os correios e nem o caminhão de lixo.

A comunidade fica no sul da Ilha de Florianópolis, a 32 quilômetros do centro. Para chegar lá, deve-se seguir pela rodovia SC-406, passar pelo Pântano do Sul e Açores, até chegar à praia da Solidão, onde há o acesso à trilha. Atualmente no Saquinho vivem três famílias e um artesão. Há inclusive um restaurante em funcionamento. Mas a maioria das casas está vazia, revelando que no passado o local era mais habitado.

Apesar de "longe da cidade", como diz Villela, o isolamento não é total. As crianças vão todos os dias para a escola e os adultos para o trabalho; as correspondências chegam a algum endereço de terceiros, e o lixo é levado pelos moradores até onde o caminhão passa — todos os dias os moradores do Saquinho percorrem a trilha. A energia elétrica, que põe em funcionamento os aparelhos eletrônicos como o rádio e a TV, é fornecida por placas solares ou geradores artesanais. É dessa forma que os poucos eleitores que vivem no Sa-

quinho se informam sobre as propostas dos candidatos às eleições — até porque, nenhum deles jamais foi até lá se apresentar.

Mas também tem quem se deixa isolar, como o artesão Adailson Carlos Gomes, 64 anos. Há cinco anos mora em uma pequena casa de madeira sem cômodos e com mobília rústica. Lá ele fabrica seus objetos em madeira utilizando ferramentas manuais: pequenos baús e suportes para incenso, postos à venda para os turistas que fazem a trilha.

Nem sempre Gomes viveu do artesanato: chegou a cursar Economia na faculdade, mas desistiu porque achava que "o economista mente para manter em vigor todo esse sistema". Em 1972 começou sua carreira de executivo em empresas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Desencantou-se com a profissão e o modo de vida em 1986: "O ser humano se encontra num processo de autodestruição. Hoje nos tornamos dependentes de tecnologias que até algumas décadas sequer existiam. É pra sustentarmos essa dependência, estamos acabando com o mundo". Decidiu tornar-se artesão e a partir disso morou em Garopaba até 2005.

Gomes não está preocupado com as eleições; sequer sabia que iriam ocorrer no dia 3 de outubro. Longe de ser um ermitão mal informado: sempre que precisa ele percorre a trilha para comprar mantimentos, buscar madeira, e a



Adailson Gomes só percorre a trilha do Saquinho para comprar alimentos, materiais e jornal.

Na Costa da Lagoa votam 556 pessoas. As duas urnas eletrônicas são levadas por barco

e foi até Garopaba, seu domicílio eleitoral. Mas neste ano, não pretende sair de casa. Para ele, não há nenhum candidato capaz de representá-lo, nenhum capaz de melhorar o mundo: "Tudo que ser humano toca ele destrói", arremata o solitário artesão Adailson Carlos Gomes.

Zona eleitoral

No dia 3 de outubro, 315.164 eleitores terão de comparecer aos 128 locais de votação de Florianópolis. A cidade possui quatro zonas eleitorais: a mais populosa é a 100ª, que abrange o litoral norte e leste da Ilha com 61 lugares para 118.752 participantes. Cláudia

cada 15 dias comprar um jornal — a *Folha* ou o *Estadão* — para manter-se por dentro do que ocorre no mundo.

Nas últimas eleições ele compareceu às urnas. Precisava regularizar seus documentos para receber a aposentadoria

Fernandes, chefe de cartório da 100ª zona, possui mais trabalho que seus outros três colegas. Para levar as eleições até a Costa da Lagoa, precisa providenciar junto à empresa responsável pela logística, um barco para transportar as duas urnas eletrônicas a serem usadas por 556 eleitores. Fernandes explica que a atenção precisa ser maior para caso aconteça algum imprevisto, como falta de energia ou problemas técnicos nos equipamentos.

A segunda zona eleitoral com o maior número de cidadãos é a 101ª, que abrange a área continental da cidade e possui 77.396 cadastrados. Em seguida vem a 12ª, responsável pelo centro, com 62.512. Por fim, a 13ª, que possui os pontos mais distantes do cartório eleitoral e onde votam menos pessoas: 52.497. Entre os 22 locais de votação do sul da Ilha, o mais longe é o Núcleo de Educação Infantil da Caieira da Barra do Sul, a 35 quilômetros do centro, que conta com 729 votantes, incluindo os moradores da praia de Naufragados, a comunidade mais ao sul de Florianópolis. Também pertence à 13ª zona a Escola Desdobrada Municipal da Costa de Dentro, onde Anderson Villela, sua família e os demais eleitores do Saquinho precisarão percorrer aproximadamente três quilômetros para manterem em dia seus deveres no dia 3 de outubro.

Tomás M. Petersen

tomaspetersen@gmail.com

Candidato, produto

Uma grande empresa com nome forte e presença nacional, líder em sua área de atuação, enfrenta dificuldade com um novo produto local. Esse poderia ser o título para uma matéria de economia, mas cabe muito bem à atual campanha eleitoral. A empresa de nome nacional é o presidente Lula, seu produto líder é a candidata Dilma Rousseff e o produto local em dificuldade a ex-senadora Ideli Salvatti.

No marketing político os fundamentos que moldam o perfil de um candidato não são diferentes dos aplicados a uma mercadoria. Igual a uma bebida, um biscoito ou um carro, qualquer candidato possui nichos de consumo e preferência segmentada por classe social e grupo comum. O trabalho é feito para criar a ilusão de que o cidadão pode realizar seus sonhos e desejos adquirindo tal produto — no caso, votando em tal candidato.

A estratégia é comum no marketing: o conceito dos 4 P's, áreas que devem ser trabalhadas para que um se alcance o sucesso de vendas. Produto, preço, praça e promoção; e em cada um desses uma série de variáveis influenciam a maneira com que os consumidores respondem ao mercado.

No primeiro dos P's, produto, deve-se trabalhar a imagem. As características que

dizem sobre o design do candidato: expressões e atitudes em momentos de pressão; traje para cada situação; linguagem; cores da campanha, rosto e postura.

No P de preço, é trabalhada a credibilidade do candidato, os valores históricos que estão associados a sua imagem e os diferenciais em relação à concorrência, as propostas e argumentos. Por exemplo, um deputado que defende projetos na área de saúde.

Um dos mais importantes, o P de promoção, trata da publicidade, força de trabalho, relações públicas, "pontos de venda". Entram nessa área a confecção de material de divulgação, como santinhos, outdoors, placas e bandeiras. Na prática ações como horário eleitoral e militância *on-line* também contam como promoção da causa e do "produto".

Por fim, o P de praça, um dos mais trabalhados e que corresponde aos locais de atuação da campanha; logística, canais de distribuição e estoque de material gráfico. Uma crescente estratégia é a triangulação de áreas chamadas de curral eleitoral ou áreas onde o candidato tem

pouca inserção. Nesses locais são feitas campanhas específicas para manter ou angariar mais votos.

A candidata Ideli, assim como seus principais concorrentes, passou por todo esse processo e mesmo assim amargou pouco mais de 10% dos

votos. Muito diferente de Lula que alcança o maior índice de aprovação da história do país. O presidente é um caso notório do marketing político.

Em quatro disputas eleitorais, optando por uma imagem e discurso mais à esquerda, só amargou derrotas. Apenas alcançou a vitória

em 2002, após uma profunda reforma em sua aparência e comportamento.

Na política é comprovado que quanto mais agradável parecer um candidato, mais confiança ele vai ter. A estética está cada vez mais associada com a credibilidade e simpatia do eleitor para com o político. É cada vez mais constante o uso de editores de imagens nas campanhas ou até mesmo de cirurgia plástica. De forma a melhorar a aparência, a própria candidata Ideli fez redução de estômago.

O marketing político, ou eleitoral, já vem

O marketing político estaria sendo utilizado apenas para iludir o eleitor?

sendo praticado no Brasil desde a década de 1990, com o trabalho desenvolvido para a eleição de Fernando Collor de Melo a presidente. Foi apresentado ao eleitor como jovem, bonito, rico e caçador de "marajás", alcançando assim um dos primeiros casos de sucesso. Nos anos seguintes, com mais estudos acadêmicos na área, o setor cresceu exponencialmente.

Mas a eleição de Collor também abriu um precedente na área: como um candidato apresentado tão bem chega em pouco tempo a ser o primeiro presidente a sofrer impeachment acusado de corrupção? Estaria o marketing político sendo utilizado apenas como forma maquiagem e iludir o eleitor?

O conceito de marketing explica a necessidade de relações de longo prazo entre fornecedor do produto e o usuário, onde a satisfação através da qualidade e a confiança devem ser permanentes. No caso do marketing eleitoral, o candidato é um "produto" intangível e duvidoso no que diz respeito aos resultados, pois ele só poderá ser completamente consumido após quatro anos do mandato e não existe opção para troca.

Alex Sobral

alexjornalismoufsc@gmail.com

Candidatos usam a tecnologia para conquistar eleitores

Políticos querem ganhar votos por meio das redes sociais, num país onde apenas 23% das casas têm internet

O primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama, foi eleito em 2008 com uma forte campanha política nas redes sociais, apostando nas novidades do mundo da web, como o twitter. No Brasil, candidatos aos mais diversos cargos nestas eleições também estão usando a internet como ferramenta de interação com os eleitores, por meio de blogs, sites ou Orkut. Mas ainda resta a dúvida: será que a fórmula que funcionou com Obama pode ser copiada pelos políticos brasileiros para alcançar o mesmo sucesso?

As diferenças entre os dois países são muitas, especialmente em relação ao uso da web. De acordo com um estudo da Pew Internet, publicado em janeiro de 2010, cerca de 75% da população dos EUA acessa a rede da própria casa. Destes, 60% têm banda larga e 55% acessam a web por meio de conexões sem fio, como *WiFi* ou *WiMax*, de laptops ou smartphones.

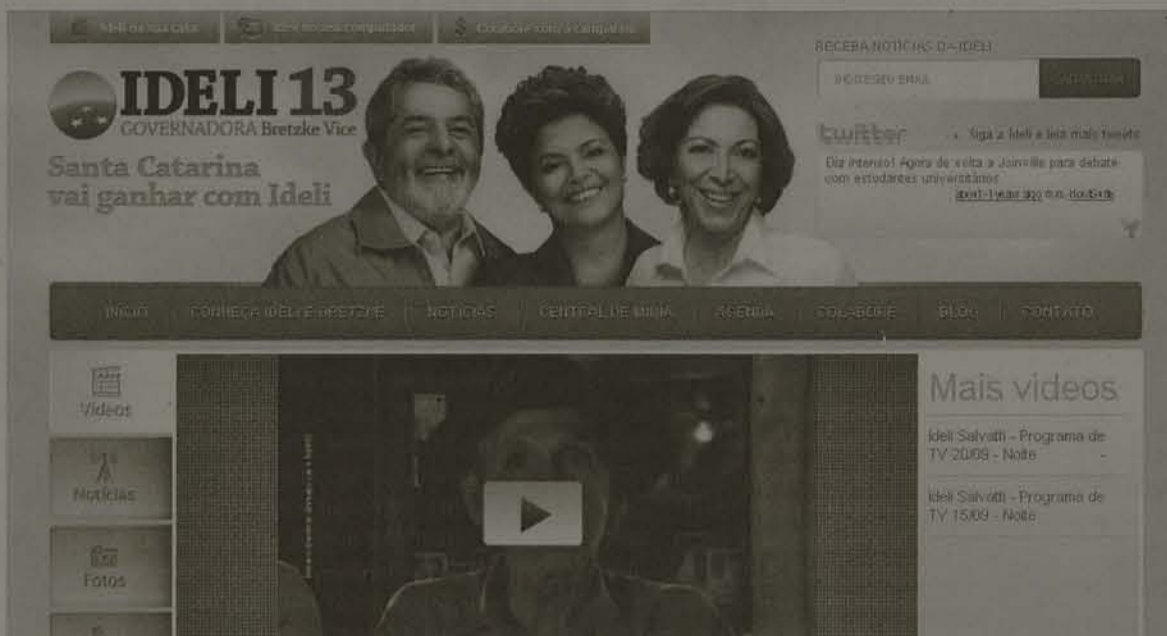
Já no Brasil, apenas 23,8% da população tem internet em casa e 44% da população das áreas urbanas está conectada à rede, segundo pesquisa Ibope feita em dezembro de 2009. Essa mídia é o terceiro veículo de maior alcance no Brasil, atrás apenas da TV e do rádio. Outro dado interessante é que 97% dos entrevistados navegam durante o trabalho.

Outra particularidade é que nas eleições americanas os candidatos a cargos políticos não dispõem de um horário eleitoral gratuito reservado nas emissoras de rádios e tevês do país. Este é um dos principais motivos do uso maciço das redes sociais, que é o meio mais barato para atingir os eleitores e de arrecadar fundos para as campanhas.

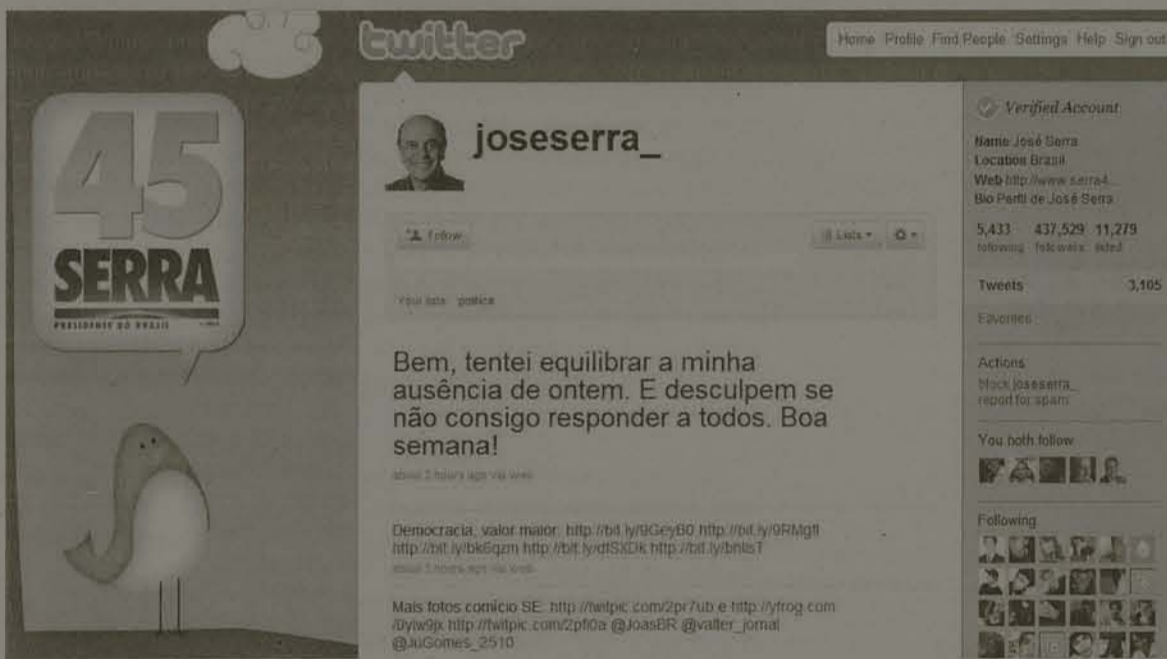
Segundo o serviço AdRelevance, que monitora a publicidade na rede de computadores, comunidades, redes sociais, blogs, fóruns e outros sites de relacionamento, o número de usuários atingiu em fevereiro deste ano 31,7 milhões de pessoas, ou um alcance de 86,3% dos internautas ativos da rede no Brasil.

Para um eleitorado de 135 milhões fica evidente que a grande maioria está excluída do mundo digital. Elas possuem apenas as informações noticiadas pelo rádio e pela TV, sem acesso à pluralidade de ideias e dados sobre política presentes na web. Mesmo assim, a estratégia dos candidatos mudou com a tecnologia. A distribuição dos famosos santinhos está mais discreta, com ações mais concentradas. Em Florianópolis, o terminal central de ônibus é o local escolhido.

O auxiliar de aeroporto Hueliton de Souza diz que também percebeu que tem recebido mais propaganda eleitoral através de meios eletrônicos, como o e-mail. Souza não é filiado a nenhum partido político e não sabe como os candidatos tiveram acesso a seu endereço eletrônico. No celular, ele lembra ter recebido apenas uma mensagem de texto.



O site de campanha de Ideli Salvatti tem área exclusiva para doação por meio de cartão de crédito, porém ainda não está em funcionamento



José Serra tem quase meio milhão de seguidores no Twitter e é famoso por conversar com o público na madrugada não apenas sobre política

A propaganda eleitoral através destas novas tecnologias também possibilita que pessoas de lugares distantes, no interior do país ou mesmo brasileiros residentes no exterior, tenham acesso ao que acontece no Brasil durante as eleições. Para 2010 também está previsto o voto para brasileiros domiciliados em 109 países, onde serão instaladas 621 seções eleitorais. A maior parte delas é para os Estados Unidos, onde residem mais de 66 mil brasileiros aptos a votar. Estes vão se valer, principalmente, da internet para poder acompanhar as propostas e poder escolher seus candidatos.

Os políticos de cidades que não possuem estação de TV, transmissoras de programação local, também enxergaram na internet uma nova forma de fazer propaganda eleitoral. É o caso, por exemplo, do candidato a deputado estadual por Criciúma, Izio Inácio, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que utiliza a rede de relacionamentos Orkut para divulgar sua campanha. O político diz que na TV ele até tem um espaço, mas que são poucos segundos e que na internet ele sai das fronteiras da cidade

A web ajuda a divulgar jingles engraçados e personagens excêntricos

onde mora e pode apresentar suas propostas para eleitores de outras partes de Santa Catarina.

Todos os presidenciais possuem um site oficial da candidatura, no qual apresentam suas propostas. Desses, oito possuem Twitter — um miniblog em que os candidatos podem interagir com os internautas, divulgar seus passos durante a campanha e até atacar adversários. O tucano José Serra tem quase meio milhão de seguidores no site, e ficou famoso antes mesmo das eleições pelas conversas na madrugada onde não fala apenas de política. O único que não utiliza esta ferramenta é o candidato Rui Costa Pimenta, do Partido da Causa Operária (PCO).

A justiça eleitoral também usa a

internet para facilitar a comunicação com as pessoas e para tirar dúvidas. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou um site especial para o atendimento ao eleitor: www.eleicoes2010.jus.br. No endereço, há informações básicas sobre o funcionamento do processo eleitoral e um banco de dados com o perfil dos candidatos de todo o país.

Em Santa Catarina os candidatos também entraram na onda da internet. Dos oito candidatos ao cargo de governador do estado, seis possuem um site oficial que divulga a campanha e sete possuem Twitter.

O campeão no número de redes sociais é Raimundo Colombo do DEM. Sua campanha é feita pelo Ning, Flickr, Formspring, Youtube, Facebook, MySpace, Orkut e o Twitter, com 7.961 seguidores. Atrás dele, na moda da tecnologia, vem a candidata Ideli Salvati do PT, com 3.109 seguidores no Twitter. Ela também está conectada à rede através do Formspring, Youtube e Flickr. Para fechar o perfil dos três principais candidatos ao governo de Santa Catarina, Ângela Amim, do PP, possui 3.062 seguidores no Twitter, além de perfis no Facebook e Formspring.

Em todos os sites oficiais há links para essas diversas redes sociais. Os sites dos principais candidatos ao governo do estado também se parecem muito. Ambos apresentam a biografia dos candidatos, a agenda da campanha, o material que pode ser utilizado por eleitores, um campo de perguntas e respostas, os programas de governo, uma síntese do material divulgado nas emissoras de tevês e rádios.

Outra grande novidade com relação à campanha é a possibilidade de doação aos políticos por meio de cartão de crédito na internet. No site da candidata do PT há um campo para que o eleitor possa colaborar financeiramente com a campanha fazendo doações, porém até a data de fechamento desta edição, esse campo não estava funcionando.

O que não falta na campanha de 2010 são vídeos publicados na internet que se tornaram conhecidos não só pelas excentricidades dos candidatos, mas também por edições e mensagens confusas atribuídas a personalidades, jornalistas e escritores com credibilidade, respeitados nas suas áreas.

O candidato a deputado estadual Claudir Maciel, do Partido Popular Socialista (PPS), teve o seu jingle de campanha acessado por oitenta mil pessoas no YouTube. A música é uma paródia do sucesso I want to break free, da banda Queen. Outro vídeo inusitado é a comparação do postulante ao senado Paulo Bauer com o personagem Jack Bauer, do seriado 24 horas. Além da propaganda oficial, há a participação de militantes e simpatizantes dos políticos, usam a rede para expor suas opiniões. Um exemplo é o "Dilma Boy", personagem criado pelo publicitário Paulo Reis que ficou famoso no YouTube por cantar uma versão da música de Lady Gaga, *Telephone*, apoiando Dilma Rousseff.

No país do carnaval parece que a internet desempenha outro papel. Se não é de esclarecer por meio da exposição das propostas dos políticos e seus partidos é o de usar a tecnologia e o anonimato para brincar com o processo eleitoral, desmerecendo a seriedade desta poderosa ferramenta. Muitos candidatos são ridicularizados em vídeos e blogs, expondo as bizarrices que ocorrem nas propagandas e também ditas em entrevistas.

Apesar das estratégias políticas de americanos e brasileiros serem as mesmas, os resultados podem surpreender quem acreditam na fórmula de Obama. A estratégia do presidente americano não se restringiu às eleições. Obama é presença ativa nas redes sociais, divulga os programas de seu governo e fala diretamente com o povo, sem a intermediação de jornalistas.

José Monteiro Júnior
jfmonteirojunior@gmail.com

Santa Catarina investe 29,5% de sua receita em educação e ocupa os primeiros lugares nos indicadores educacionais a nível nacional. Possui aproximadamente 730 mil alunos matriculados na rede estadual de ensino e cerca de 40 mil servidores em 1280 escolas estaduais. Apesar de ser destaque nacional, a educação catarinense ainda está longe de alcançar níveis de países desenvolvidos e necessita investir na estruturação das escolas, na valorização do professor e dos demais servidores e na garantia de uma educação de qualidade aos estudantes.

O Zero Debate desta edição entrevistou cinco dos oito candidatos ao governo do estado sobre educação. Foram abordados temas polêmicos como a infraestrutura das escolas catarinenses, o piso salarial dos professores e a terceirização da merenda escolar.

Os candidatos Amadeu Luz (PCB) e Carmelito Smiguel (PMN) foram contatados, mas não concederam entrevista e Waldir Martins (PSOL) não foi encontrado para esta reportagem.

Claudia Xavier e Diego Vieira
clauxsc@gmail.com

ZERO debate educação com os candidatos ao governo

O governo do estado hoje descumpra o piso nacional do magistério. O(a) senhor(a) acredita que isto interfere no desempenho da educação pública estadual?

Eu participei das discussões que originaram o piso nacional no congresso. Lá, os representantes do atual governo estadual participaram pouco. Eu votei favorável ao projeto e fui uma das defensoras da aprovação da lei. Como governadora vou implementá-lo, pois acredito que a remuneração interfere diretamente na qualidade do ensino, já que incentiva jovens a procurar a carreira do magistério. Além do piso, vou buscar em meu governo uma política de valorização aos profissionais e incentivar que conclua o ensino superior.

A questão central para o trabalhador é o seu salário. Se ele é bem valorizado o serviço melhora. Esse piso definido pelo governo federal já é insuficiente. Queremos estabelecer e já seguir na direção do piso do DIEESE, (Departamento Intersindical de Pesquisas e Estudos), que é de R\$2100,00 para 20 horas/aula. O governo atual em sua política criminoso não só deixa de pagar o piso, mas entrou contra na justiça negando o direito dos trabalhadores. Queremos também anular a reforma da previdência que penaliza os trabalhadores da educação.

É um completo absurdo um estado como o nosso deixar de pagar o piso. Se o Piauí paga, como Santa Catarina pode entrar na justiça alegando que não tem condições de pagar? Pagar o piso será uma das minhas primeiras ações. Quanto à remuneração dos professores, claro que influencia diretamente na qualidade das aulas, é só observar o número de pessoas que hoje se interessam pelas licenciaturas. Precisamos valorizar o profissional e estimular a formação de professores, pois assim teremos melhores resultados na educação.

A justiça considerou como piso o somatório dos rendimentos dos professores. Sendo assim, nenhum profissional em Santa Catarina ganha menos que o piso nacional. Vamos promover a valorização profissional através do mérito dentro do plano de carreira. Vamos incentivar o professor a estudar. Vai subir na carreira aquele profissional que buscar qualificação para melhorar seu desempenho em sala de aula.

Mesmo que o piso seja pago já é uma vergonha. Não o pagar é uma afronta. É renunciar o valor que tem a pessoa que se dedica à formação de inteligências. O piso deve ser implantado imediatamente. O Brasil faz um dos menores investimentos em educação, isso significa que em um futuro próximo ficaremos a reboque de inteligências estrangeiras. O estado que não investe em educação é um estado burro.

A infraestrutura de escolas públicas é muito deficiente frente às particulares. O que seu governo vai fazer para que os alunos atinjam nível semelhante de educação?

Vamos melhorar a infraestrutura de nossas escolas estaduais. Sabemos que é possível alcançar um nível semelhante às privadas. Basta pegarmos como exemplo o resultado obtido no Enem pelas escolas públicas no município de Joinville, que ficaram entre as melhores do estado. Santa Catarina sempre teve os melhores indicadores educacionais, mas o estado assiste, nos últimos anos, a uma queda nos números graças à falta de atenção dos atuais governantes.

Hoje estamos vivendo um verdadeiro apartheid da educação. Existe a burguesia, que pode pagar e tem acesso a boas escolas, os que pagam escolas um pouco mais baratas e tem acesso a um ensino mediano, e a classe operária que tem acesso às escolas públicas de péssima qualidade. O ENEM escancarou essas diferenças. A educação pública em SC é um verdadeiro desastre e o governo só vem sucateando-a ainda mais, cortando verbas e penalizando os trabalhadores. O que o PSTU pretende fazer é impedir o corte de verbas e aumentar os repasses para a área.

Uma boa infraestrutura, antes de tudo, estimula alunos e professores a desenvolverem um bom trabalho. Em meu governo vamos investir na estruturação básica das escolas de todo o estado. A prova que isso dá resultado está no Enem, as maiores médias entre as escolas públicas foram atingidas pelas que possuem as melhores estruturas.

O governo atual já melhorou bastante a infraestrutura das escolas em todo o estado. Mesmo assim está claro que os alunos de escolas públicas e particulares não conseguem competir em condições de igualdade. Em meu governo pretendo buscar a igualdade valorizando e melhorando ainda mais os profissionais da educação e estabelecendo metas rígidas para a área. Investiremos também na informatização das escolas e em inovações tecnológicas para melhorar a qualidade de ensino.

Em Joinville, mais de 15 escolas foram interditadas e sabem onde o governo investiu para evitar a interdição? Em advogados para reverter a ação na justiça. Hoje se vê escolas com banheiros químicos para os alunos usarem. E sabe quanto custa para manter um prédio? Muito pouco, quase nada. A avaliação do ensino catarinense hoje é mediana e o pessoal se conforta. Nosso estado não merece uma avaliação mediana.

Hoje a merenda escolar está em processo de terceirização nas escolas catarinenses. No seu governo o(a) senhor(a) pretende manter a prática?

Sou contra a contratação de empresas de fora do estado para fazer a merenda. A legislação prevê que o estado adquira 30% dos produtos usados na merenda de empresas e produtores locais. Por isso, se contratarmos uma empresa de São Paulo, daremos margem para que estes 30% sejam comprados lá, deixando os produtores catarinenses sem o incentivo. Temos de ver a contratação que é vantajosa. Os anteriores eram feitos pelas APP.

A terceirização da merenda é uma política criminoso do governo, na medida em que existia uma política de compra dos produtos usados dos pequenos agricultores do estado. Com a terceirização isso foi para o espaço, pois o governo fará esquemas com produtores até de outros estados para fornecer o alimento. Um governo comprometido de verdade com a educação e a alimentação terá que rever imediatamente esta terceirização e as merendeiras devem ser recontra-tadas como qualquer trabalhador.

Vou interromper o processo de terceirização da merenda nas escolas. Santa Catarina não pode abrir mão de comprar os produtos de qualidade de nossa agricultura familiar para comprar esses poezinhos mandados pelas empresas de São Paulo. A agricultura familiar catarinense precisa ser uma das principais beneficiadas da merenda e nossas crianças precisam de uma alimentação de qualidade.

Ainda não tive acesso aos custos reais dessa terceirização para decidir se vou manter ou não o modelo. Isso vai depender da qualidade da alimentação servida aos alunos. A lei hoje obriga que se compare dos agricultores locais os ingredientes da merenda. Então eu quero avaliar. Se for melhor assim, eu mantenho, se não eu mudo.

Não tenho dúvidas de que a terceirização aumenta os gastos. Essa é uma saída do estado para fugir do limite da responsabilidade fiscal, reduzindo o peso dos salários dos funcionários para poder criar novos cargos comissionados. Para isso, tenta terceirizar tudo. Como a merenda não é o foco do estado na educação, ele cria uma política ilegal de que pode terceirizar e cria um prejuízo maior. O que eu tenho insistido é na gestão por resultados. O que interessa é que o resultado da merenda esteja associado ao resultado da educação.

Analisando a educação no nosso estado, quais são os pontos positivos e negativos? O que o(a) senhor(a) mudaria no sistema educacional catarinense?

Nosso estado tem uma boa educação, mas precisamos investir e zelar mais para voltarmos a liderar os indicadores como no passado. Não podemos deixar de lado o piso nacional nem a infraestrutura das escolas. Devemos incentivar mais a formação superior dos professores e melhorar o plano de carreira, pois professor motivado é o primeiro passo para a educação de qualidade.

Pontos negativos são muitos: baixos salários, índices altíssimos de evasão escolar, falta de estímulo de aluno e professores e o desrespeito do governo com o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação). Em nossa opinião, o único ponto positivo é o esforço dos alunos em aprender sem as mínimas condições necessárias e dos professores que perseveraram em ensinar os filhos da classe trabalhadora em troca do salário miserável que recebem.

No meu governo entre as principais metas uma é valorizar o profissional da educação. Eu pertencio a esta categoria, e posso falar: nos últimos sete governos que passaram por este estado nós, professores, nunca fomos valorizados. Vou investir na infraestrutura das escolas e ampliar as vagas no ensino técnico como já fiz no senado, onde ampliamos o número de escolas técnicas federais de oito para 32 unidades. Vou criar uma política para garantir a permanência dos alunos na escola.

Acho que o problema da educação é mundial. Na verdade, isso vem desde o Movimento Hippie, que relativizou o mérito. Temos que restabelecer a meritocracia como algo fundamental para estimular o jovem. Temos também que qualificar a nossa educação tecnologicamente porque não se convive mais só com o giz e o apagador. Não podemos fazer a educação como antigamente. Então, o grande desafio é investir no aprimoramento da qualidade da educação.

Temos que investir em educação e inovação. Não se pode admitir um estado que não pague o piso ou deixe de investir na educação tecnológica e superior. Estive em Jaraguá do Sul e os alunos vieram conversar comigo, e lá, a única escola que funciona é a municipal. Isso não pode continuar. Cadê as escolas agrícolas? Cinco ou seis? Como vamos manter as pessoas no campo? Depois vem falar que as pessoas saem do campo e vêm para o litoral. Se não há apoio, não há desenvolvimento.

Aqueles que nos responderam

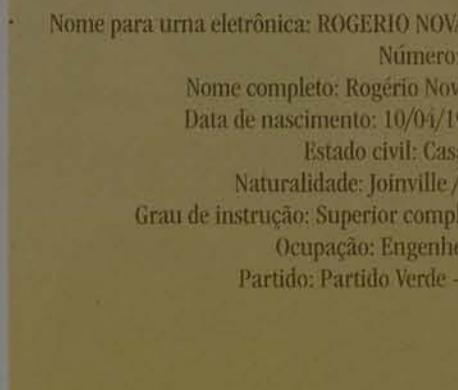
Quem são os políticos que entraram no debate



Nome para urna eletrônica: RAIMUNDO COLOMBO
Número: 25
Nome completo: João Raimundo Colombo
Data de nascimento: 28/02/1955
Estado civil: Separado judicialmente
Naturalidade: Lages / SC
Grau de instrução: Ensino Médio completo
Ocupação: Senador
Partido: Democratas - DEM
Coligação: AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR
Composição da coligação: PTB, PMDB, PSL, PSC, PPS, DEM, PTC, PRP, PSDB



Nome para urna eletrônica: GILMAR SALGADO
Número: 16
Nome completo: Gilmar Salgado dos Santos
Data de nascimento: 20/09/1960
Estado civil: Casado
Naturalidade: Maravilha / SC
Grau de instrução: Superior completo
Ocupação: Servidor Público Estadual
Partido: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU



Nome para urna eletrônica: ROGERIO NOVAES
Número: 43
Nome completo: Rogério Novaes
Data de nascimento: 10/04/1958
Estado civil: Casado
Naturalidade: Joinville / SC
Grau de instrução: Superior completo
Ocupação: Engenheiro
Partido: Partido Verde - PV



Nome para urna eletrônica: IDELI SALVATTI
Número: 13
Nome completo: Ideli Salvatti
Data de nascimento: 18/03/1952
Estado civil: Casada
Naturalidade: São Paulo / SP
Grau de instrução: Superior completo
Ocupação: Senador
Partido: Partido dos Trabalhadores - PT
Coligação: A FAVOR DE SANTA CATARINA
Composição da coligação: PRB, PT, PR, PSDC, PRB, PHS, PSB, PC do B



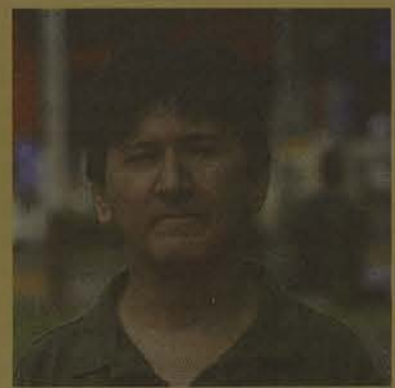
Nome para urna eletrônica: ANGELA AMIN
Número: 11
Nome completo: Angela Regina Heinzen Amin Helou
Data de nascimento: 20/12/1953
Estado civil: Casada
Naturalidade: Indaial / SC
Grau de instrução: Superior completo
Ocupação: Deputado
Partido: Partido Progressista - PP
Coligação: ALIANÇA COM SANTA CATARINA
Composição da coligação: PP, PDT, PT do B

Nada a declarar

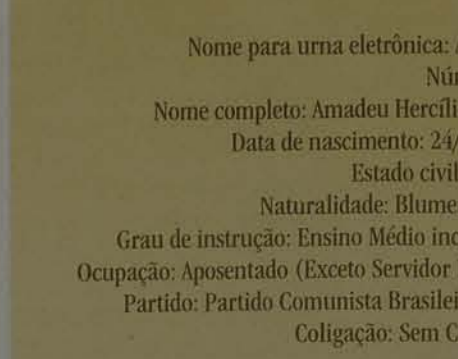
Aqueles que não responderam à reportagem



Nome para urna eletrônica: PROFESSOR VALMIR
Número: 50
Nome completo: Valmir Martins
Data de nascimento: 22/10/1943
Estado civil: Casado
Naturalidade: Florianópolis / SC
Grau de instrução: Superior completo
Ocupação: Servidor Público Civil Aposentado
Partido: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL
Coligação: Sem Coligação



Nome para urna eletrônica: CARMELITO
Número: 33
Nome completo: José Carmelito Smiguel
Data de nascimento: 16/03/1962
Estado civil: Casado
Naturalidade: Ibirama / SC
Grau de instrução: Superior incompleto
Ocupação: Agente Administrativo
Partido: Partido da Mobilização Nacional - PMN
Coligação: Sem Coligação



Nome para urna eletrônica: AMADEU
Número: 21
Nome completo: Amadeu Hercílio da Luz
Data de nascimento: 24/07/1933
Estado civil: Casado
Naturalidade: Blumenau / SC
Grau de instrução: Ensino Médio incompleto
Ocupação: Aposentado (Exceção Servidor Público)
Partido: Partido Comunista Brasileiro - PCB
Coligação: Sem Coligação



O desafio de ser um candidato nanico

Campanhas com pouco dinheiro e espaço na mídia lutam para chamar a atenção na corrida ao governo de SC

Nos dias em que o candidato Gilmar Salgado grava programa eleitoral, não consegue esquecer o caminhão do lixo que pode passar a qualquer momento na rua. Sem dinheiro para pagar por um estúdio, as gravações acontecem na própria sede do partido, em meio ao barulho dos veículos que circulam pelo centro de Florianópolis. Os concorrentes Amadeu Hercílio da Luz, Carmelito Smieguel e Professor Valmir não vivem situações muito diferentes. Na falta de marqueteiros, equipe exclusiva e dinheiro, o que lhes resta são poucos segundos na televisão, índices de menos de um ponto nas pesquisas e um título não muito honroso: nanicos.

A expressão pode até ser considerada pejorativa, mas foi o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quem oficializou o termo como "partidos que hajam conseguido eleger pequeno número de representantes, em especial, à Câmara dos Deputados". O candidato ao governo do estado pelo PSOL, Professor Valmir, prefere dividir as candidaturas entre classe A e B. Para ele, a diferença é simples: "Os classe B são os que a imprensa despreza, porque embora nós chamemos a eleição de um exercício de democracia, ela não é nada democrática."

É unânime entre os candidatos que o problema principal

das campanhas pequenas está na falta de dinheiro. Sem grandes contribuições financeiras do fundo partidário e com restrições internas quanto a doações de empresários, é preciso depender de colaborações para colocar a candidatura de pé pelo menor preço possível. Enquanto a campanha mais cara do estado tem previsão de gasto máximo de R\$ 20 milhões, o maior investimento de um candidato pequeno não deve passar dos R\$ 20 mil.

Com dinheiro escasso, tudo fica reduzido. Desde a quantidade de material impresso, em média 30 mil santinhos por concorrente, até a gasolina para as raras viagens. "Quanto menos recurso financeiro, menos a gente vai atingir os eleitores, sem dúvida", lamenta o candidato do PSOL.

No PSTU, recorre-se a carreteiros e feijoadas para arrecadar dinheiro. O material gráfico, com pagamento parcelado em três vezes, é distribuído apenas entre o "público alvo" - empregados de fábricas, estudantes e professores. Já o programa de TV, feito na produtora de um conhecido, mesmo com desconto ainda custa R\$ 40 a hora de trabalho. Na opinião de Gilmar Salgado, a televi-

são é onde fica mais clara a divisão entre grandes e pequenos.

"O que todo mundo pensa é que o horário eleitoral é realmente gratuito, mas não é, porque nós precisamos bancar a produção dos nossos próprios programas e isso sai caro", diz Professor Valmir. Por isso, é regra que os classe B defendam o financiamento público das campanhas para acabar com a disparidade dos gastos.

Nestas eleições, enquanto Ideli Salvatti (PT), Angela Amin (PP) e Raimundo Colombo (DEM) estimam um valor de pelo menos R\$ 3 milhões para a produção de material audiovisual, os candidatos com pouco recurso financeiro não gastarão mais de R\$ 3 mil para produzir seus curtos segundos de propaganda.

O tempo reservado a cada candidato na TV é definido por lei e varia de acordo com o número de deputados eleitos por cada partido nas últimas eleições. Por isso, PCB, PMN, PSOL e PSTU precisam se contentar com 49 segundos para apresentar suas propostas de governo. "A constituição diz que temos direitos

iguais, mas na política não temos", protesta Carmelito Smieguel (PMN), que em seu programa-relâmpago aparece em frente a um fundo branco enquanto fala com voz monotônica sobre suas pro-

postas resumidas.

Sem ter ninguém especializado em orientar discursos, os demais concorrentes pequenos não apresentam performances muito diferentes. Pagar um profissional que ajude o candidato a se tornar algo mais próximo de uma Angela Amin sorridente, um Raimundo Colombo bonachão ou uma Ideli Salvatti elegante sai caro.

A estratégia comum para se destacar em meio a esta concorrência (na opinião dos pequenos, desleal) é a presença constante em debates, entrevistas e eventos. "Participar o máximo possível é obrigatório porque dá visibilidade", afirma Smieguel, o único nanico que compareceu no debate da OAB em que as discussões foram divididas em dois blocos - um com os "classe A" e outro com os "classe B".

"A OAB fez uma discriminação tão odiosa quanto a da grande mídia", diz Professor Valmir, que, assim como Gilmar Salgado, preferiu não participar em protesto. "Mas foi o único dia que eu não compareci, porque debate é a melhor chance de nós furarmos o bloqueio da televisão." Para os candidatos menores, debates são ótimas oportunidades não

só pelo maior tempo de divulgação, mas também porque as discussões são menos ensaiadas e as estratégias dos marqueteiros perdem parte do valor.

Gilmar Salgado, que como todo candidato pequeno não tem marketing próprio, conta que o PSTU chegou a receber proposta de uma empresa especializada. Segundo ele, na conversa por telefone lhe garantiram que com as técnicas certas elegeriam um candidato a deputado. Ao saber que o serviço custaria R\$ 75 mil, a conversa acabou; o orçamento do PSTU de Santa Catarina para todas as oito campanhas deste ano não deve passar dos R\$ 25 mil.

Também pela questão financeira, quem coordena as estratégias em partidos menores são equipes enxutas, de no máximo dez pessoas. Muitas tarefas corriqueiras sobram até para o próprio candidato e familiares. No caso de Carmelito Smieguel, a responsável por coordenar a agenda da campanha é a filha de 20 anos, que faz as vezes de assessora, secretária e coordenadora, junto de mais cinco pessoas da executiva do PMN.

Sem gente suficiente para trabalhar e nenhum especialista em publicidade ou mídia, os candidatos menores mal utilizam o espaço que mais poderia lhes auxiliar - a internet. Apenas dois têm site próprio e estão no twitter: Professor Valmir (104 followers) e Gilmar Salgado (35 followers).

Os seguidores virtuais comparam-se aos reais. Na última pesquisa, o candidato do PSOL aparecia como o mais votado entre os concorrentes pequenos, com 0,6% das intenções de voto. Somados, os candidatos menores não chegavam a 2,5%. A poucas semanas das eleições, porém, eles mostravam-se realistas. Questionados sobre a possibilidade de vencer, dois dos candidatos disseram pensar no futuro. "Acho bastante difícil vencer, mas o que nos move não é uma eleição, e sim um sonho. Muito mais do que uma campanha, a longo prazo pensamos na revolução", proclama Professor Valmir. O concorrente socialista, Gilmar Salgado, sonha parecido: "O objetivo principal não é eleger. O número de votos conquistados a cada eleição mostra que existem pessoas interessadas em nossas propostas, esse é o objetivo maior".

Os outros dois candidatos não responderam à pergunta. O primeiro foi Amadeu Hercílio da Luz, que por problemas de saúde não tem participado de debates ou entrevistas. O segundo, Carmelito Smieguel, se limitou a dizer quase sorrindo: "Se eu tivesse estrutura, força de trabalho e o dinheiro que essa gente que está na frente nas pesquisas têm, eu disparava".

Eles querem que você os conheça

Divulgação



Amadeu (PCB)

Limite de gastos na campanha: R\$ 5 mil

Intenções de voto na pesquisa: 0,4%

Bens declarados: nenhum

Gastos da campanha até 03/09: R\$ 2.125,56

Eleições anteriores: Concorreu à Câmara em 1986 e à Prefeitura de Criciúma em 1988, quando obteve 174 votos em um colégio com 69.607 eleitores.

Divulgação



Carmelito Smieguel (PMN)

Limite de gastos na campanha: R\$ 1 milhão

Intenções de voto na pesquisa: 0,1%

Bens declarados: Casa de R\$ 200 mil e carro de R\$ 12 mil

Gastos da campanha até 03/09: R\$ 3.600,00

Eleições anteriores: Participou de três eleições.

Conseguiu maior número de votos em 2006, quando concorreu a deputado estadual e teve 296 eleitores.

Divulgação



Gilmar Salgado (PSTU)

Limite de gastos na campanha: R\$ 25 mil

Intenções de voto na pesquisa: 0,5%

Bens declarados: Apartamento de R\$ 150 mil

Gastos da campanha até 03/09: R\$ 2.352,00

Eleições anteriores: Concorreu a cinco eleições. O maior número de votos foi em 1998, quando recebeu 25.409 em um colégio com 2.275.419 eleitores.

Divulgação



Professor Valmir (PSOL)

Limite de gastos na campanha: R\$ 100 mil

Intenções de voto na pesquisa: 0,6%

Bens declarados: Duas casas, um sítio, dois veículos e um lote, no total de R\$ 490.999,34

Gastos da campanha até 03/09: R\$ 1.029,20

Eleições anteriores:

Concorreu a três eleições. Obteve mais votos em 1982, quando postulou o Senado e recebeu 6.719 votos.

Observação: devido à projeção que o Partido Verde vem tendo, o candidato Rogério Novaes não se considera parte dos nanicos.

Rosielle Machado
rosiellmachado@gmail.com

Quem está por trás das campanhas

Jornalistas, publicitários e designers imersos 24 horas por dia na promoção de candidatos ao governo do estado

“Estão maravilhosas”, comenta o coordenador de marketing da campanha de Angela Amin, sobre as cenouras frescas que abocanhava durante conversa com a repórter do ZER0. A entrevista não durou mais que dez minutos, tempo suficiente para Mario Speranza, o Marote, comer no mínimo cinco tiras da raiz e explicar sua função na promoção da candidata do Partido Progressista (PP), ao governo do estado. “O que o marqueteiro faz? Monta as equipes da campanha e coordena tudo isso. E o que a gente quer? Mostrar aos eleitores o que a candidata tem para melhorar a vida deles. É isso”.

Marote é carioca, está há 26 anos em Florianópolis e trabalha na política desde os anos 1980. “Há uma diferença entre campanha política e eleitoral. Durante os quatro anos do governo do [Esperidião] Amin eu fiz a campanha política dele, do governo dele. Agora estou fazendo campanha eleitoral”. O coordenador de marketing diz que só trabalha para quem confia. “Eu acredito muito na Angela senão não estaria com ela, por dinheiro nenhum. Recusei várias propostas de outros políticos”. Quando acaba a campanha, Marote volta a trabalhar para a MTV em Santa Catarina.

O trabalho intenso das equipes já dura um mês e meio, mas a campanha começou a ser pensada em março deste ano. O vaivém de gente nos dois lances de escada do prédio onde são feitos os programas de televisão de Angela Amin indica a pressa do pessoal da produção, cerca de 30 pessoas, edição e criação. Nesse dia, a candidata do PP precisou gravar bem cedo os ‘comerciais’ que iriam ao ar na hora do almoço. A produção começou a trabalhar às cinco e meia da manhã.

Em uma das salas do prédio trabalham seis pessoas, quatro delas na edição dos vídeos. Nesse mesmo espaço, o gaúcho João Carlos Vieira faz ilustrações para as vinhetas e site da candidata e, na salinha ao lado, o coordenador de ilha de edição, Alan Porciuncula, finaliza os programas. “Agora estou fechando mais de 20 comerciais que vão ao ar do dia 16 a 30 de setembro”. Alan é formado em publicidade e começou a se interessar pela área de audiovisuais por influência de familiares. “Fiquei três anos em São Paulo, já trabalhei na O2

Filmes e em outras [produtoras]”. A função do finalizador só é feita depois que recebe o material editado, pela equipe ao lado.

A jornalista Júlia Machado, com 25 anos de profissão, é quem dirige a edição. Ela está na 12ª campanha eleitoral, já trabalhou em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e mantém uma empresa de prestação de serviços na área de vídeos. Sentada ao lado de um editor, a jornalista aponta no monitor as imagens que vão para o programa. “As



Na sala de edição da campanha de Angela Amin, cinco profissionais correm contra o tempo na correção das imagens e finalização dos programas de tv

vezes você tem 40 minutos de filmagem para tirar 40 segundos. Quando é pouco tempo, é difícil resumir”. Júlia diz que o que ganha é proporcional ao trabalho que faz, que é de exclusividade. Com a dedicação em tempo integral à campanha, a família dos profissionais tem que se adequar à rotina intensa de trabalho deles. “Sempre chamo minha mãe para cuidar do meu filho. Ele tem 11 anos, já tive que pedir transferência na escola para ir morar em outra cidade, por três meses, por causa da campanha”.

Ninguém tem hora para entrar ou sair da produtora e a pressão do deadline dos programas impossibilita qualquer planejamento. Às quatro da tarde os editores sequer tinham almoçado, estavam esperando o colega trazer os lanches do fastfood. “O mínimo durante a campanha são 12 horas de trabalho, mas já viramos noites, às vezes tem mudanças”. A diretora de edição brinca com o colega ao lado: “Aqui o que menos dorme é o Márcio, porque ele faz 3D. Olha a cara dele”.

“A gente vibra quando percebe que ganhou, ou não, quando vê que o adversário se deu melhor”

Márcio Gomes é o responsável pelas vinhetas, efeitos em 3D e finalizações em after effects e parecia exausto. “Ontem mesmo, saí daqui às sete e voltei às nove da manhã. Essa semana virei duas noites”. Quanto à esposa, ele brinca: “A gente se vê de vez em quando”.

Do outro lado disputa

Assim como na campanha de Angela Amin, a equipe de Ideli Salvati, candidata ao governo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), também foi montada especialmente para o período eleitoral. Muitos profissionais do grupo foram trazidos de outros estados por Chico Mal-



O estúdio onde são gravados os programas de televisão de uma das candidatas ao governo do estado



Júlia Machado, diretora de edição da campanha da candidata do PP, revisa as imagens que vão ao ar

fitani, marqueteiro e coordenador geral da campanha, na qual trabalham cerca de 70 pessoas.

Toda a produção dos programas da candidata do PT é feito em um galpão extenso, no bairro Cacupé, onde foram improvisadas salas com divisórias em acrílico transparente. Os colegas de trabalho se vêem e se comunicam todo o tempo, mandando sinais com as mãos e os lábios. O marqueteiro passa de um ambiente para o outro em poucos segundos.

No espaço ao lado da sala da equipe de criação, a diretora de produção Mi-

riam Lins Meyer comanda uma reunião com seu grupo, à frente de um quadro branco, onde rabisca as estratégias de produção. Miriam é publicitária e já fez campanhas para vários partidos. “Este ano, recebi outras propostas, mas fui na que me interessava mais.” Questionada sobre as consequências profissionais, caso Ideli Salvati seja derrotada, Miriam rebate: “É claro que eu gostaria que ela ganhasse, mas se não for, a qualidade do meu trabalho não será comprometida”.

As reuniões são frequentes porque a campanha eleitoral pode mudar a qualquer momento. Após a gravação dos

programas, os coordenadores das equipes se reúnem para assisti-los. É nessa hora que analisam o resultado do trabalho. Na corrida da disputa eleitoral, fazer uma refeição é tarefa difícil. “Comemos aqui mesmo, para não perder tempo. Tem dia que nem saímos daqui”, comenta o marqueteiro.

Quem pensa que o trabalho só acontece durante a semana, se engana. O editor de vídeos Kenzo Calafarro trabalha em uma sala na parte superior do galpão, com outros seis editores. “Chego a ficar aqui em média 18 horas por dia. Sábado e domingo trabalhamos também”. Calafarro é formado em cinema e diz que, apesar da correria, a campanha vale a pena financeiramente.

O estudante de Design Rodrigo Dutra, que trabalha ao lado de Calafarro na edição dos programas de televisão, avisa: “Estou procurando emprego quando terminar essa”. Já que conciliar a campanha eleitoral com outra função é praticamente impossível, os profissionais se dedicam exclusivamente a esse trabalho.

Os jingles da campanha petista e a finalização sonora dos programas são feitos numa sala de rádio bem montada, no final do galpão. As trilhas são criadas em pouquíssimo tempo, por três músicos. O mineiro Caio Gracco tem 12 anos de experiência em campanhas eleitorais e veio a Florianópolis especialmente para trabalhar na equipe da candidata do PT. A trilha sonora da propaganda “tá mentindo pra caramba!” foi criada e finalizada por ele, em uma hora e meia. “O nosso trabalho pede foco, rapidez e o máximo de qualidade possível”.

O marqueteiro e coordenador geral da campanha petista define a corrida eleitoral como uma grande gincana. “A cada programa a gente vibra quando percebe que ganhou, ou não, quando vê que aquele dia o adversário se deu melhor”. O redator da candidata do Partido Progressista, Roberto de Laura, diz que é a terceira ou quarta vez que trabalha nas eleições. Para ele, campanha eleitoral é a busca incessante da preferência do eleitor. “Você fica 24 horas mergulhado nos fatos que estão acontecendo”.

O coordenador de marketing de Angela Amin define, com bom humor, sua atual situação em casa. “Bom, minha família é minha filha, que está casada, e minha mulher, que nesse momento não está casada”.

*A coordenação da campanha de Ideli Salvati não permitiu fotografias.

*A coordenação da campanha do candidato Raimundo Colombo informou não ter disponibilidade para atender ao ZER0.

Gabrielle Estevens e Suélen Ramos
gabrielleestevens@hotmail.com
Su_rviva@hotmail.com

Educação estimula voto de adolescente

Número de jovens eleitores cai em relação a 2006, mas incentivos da família e da escola continuam decisivos

Entre baladas, vestibular, escola ou universidade, jovens como Rafaela e seus amigos têm algo a discutir. São as eleições que se aproximam. Eles poderiam deixar de lado, já que não têm a obrigação de votar, mas escolheram exercer tal direito. E, assim como eles, outros 2,3 milhões de pessoas entre 16 e 18 anos.

Rafaela Martini deixou para fazer seu título na última hora. Mesmo com 17 anos, não queria perder a oportunidade. Já sabe em quem votar para presidente e governador.

Escolheu um candidato depois do primeiro debate presidencial e, para o comando do Estado, está partindo da atuação dos políticos em outros anos e funções, já que pelo menos dois deles foram prefeitos de grandes cidades catarinenses.

Parar em frente à TV não é algo que costuma fazer, mas sempre presta atenção quando está perto. "O tempo que eles têm para falar no horário eleitoral não nos ajuda em nada." Por esse motivo diz que ainda está em dúvida sobre os candidatos para senador e deputados.

Catarina Marinho e Flávia Rosa, ambas de 17 anos e estudantes de uma escola particular da capital, já têm o título de eleitor e sabem o que fazer no dia 3 de outubro. "É importante para



Jovens desacreditados com a política adiam para quando podem a escolha de candidatos

ajudar na política do país", afirma Catarina. Já sua amiga, Natália Mestrinel, pensa de outra forma. "Enquanto eu puder adiar [ter o título], melhor."

Um forte influenciador na decisão dos jovens é a família, já que desde pequeno vê os pais discutirem a respeito na mesa de jantar ou em frente à televisão. "Meus pais são todos a favor de um partido, e isso auxiliou na minha decisão", conta Catarina.

Escola

Muitos acreditam que os jovens são imaturos e facilmente influenciados pe-

los mais velhos, como os professores da escola. Rafaela, do segundo ano da Escola Jovem, de Canasvieiras, não vê por esse viés. "Eles até perguntaram quem votava, mas só isso."

É na escola que o jovem é exposto a um meio social mais intenso, onde os outros têm formações e históricos diferentes do seu. Por isso, a instituição tem papel importante no estímulo à formação das crianças e adolescentes, com disciplinas e professores que debatam assuntos pertinentes.

O Colégio de Aplicação da UFSC oferece aos estudantes do 1º e 3º ano do

Ensino Médio, e em breve ao 2º também, a disciplina de Sociologia, pela qual o professor discute a questão eleitoral, a formação de partidos e toda a história da política, a fim de dar essa base aos jovens.

Se a escola não tem espaço para tais discussões teóricas, cabe a alguns docentes de outras matérias fazer isso. Rodolfo Pantel, que leciona História no Colégio de Aplicação desde 1982, conversa sobre isso com os alunos. "Nas minhas aulas eu valorizo a política, não interessa qual partido é. Falo tanto sobre Dom Pedro I como Lula, sobre Dom Pedro II e o FHC."

Ex-aluno do Aplicação, Rodrigo Chagas concorda com a influência que a escola deve ter sobre o jovem. "Eles falam pra gente acordar, correr atrás da ficha dos candidatos, mas não fazem propaganda de ninguém. Sabemos quem é de esquerda ou de direita, mas fica nisso."

Religião

Há centenas de anos grupos religiosos são conhecidos por exercerem influência política na população. Mais recentemente, padres e pastores têm se candidatado a diferentes cargos do Executivo e do Legislativo.

O grupo Movimento Pólen, da Igreja

Católica, existe há 39 anos na capital e trabalha com pessoas de todas as idades em seus Retiros Básicos (o último foi de número 53). Das mais de 200 pessoas que participaram, pelo menos dez tinham entre 16 e 18 anos.

Nas reuniões discutem vários assuntos. Política não é um deles. Eduardo de Medeiros, coordenador do grupo, explica o porquê: "Não há um desinteresse por parte da Igreja. É que não comentamos a respeito no momento da vivência. Quanto mais educação, mais sabedoria se tem na hora da escolha."

O número de votantes entre 16 e 18 anos, em âmbito nacional, diminuiu desde a última eleição presidencial, em 2006. São 165 mil eleitores a menos, o que representa uma queda de 6,5%. Nesse ano, estão inscritos 1,17 milhão de rapazes e 1,21 milhão de moças, o que vai ao encontro dos números gerais, em que elas estão em maior número em relação a eles.

Aqui no sul a proporção é semelhante, por volta de 154 mil homens e 157 mil mulheres nessa faixa etária, o que representa 311 mil de jovens votantes nas próximas eleições. São 37 mil a menos que em 2006, uma queda de 11%.

Wesley Klimpel

wesleyklimpel@gmail.com

Para idoso, voto não é dever; é direito

Dia 2 de Dezembro de 1945. Essa foi a primeira vez em que Krautz ia a uma urna. Tinha, na época, 18 anos. Desde então, não perdeu nenhuma eleição. Com 83 anos, lembra "até hoje das cédulas de papel."

Assim como Jorge Krautz, muitos idosos vão às urnas de dois em dois anos. E, também como ele, não têm mais essa obrigação. Depois dos 70 anos o eleitor tem a opção de votar, transformando o dever em direito.

Acélio Richetti ainda não chegou lá. Mas, mesmo com 63 anos, já acompanhou muita coisa. Consegue fazer um panorama sobre todos os que passaram pela presidência, desde Costa e Silva, que assumiu em 1966. "Hoje temos um poder de liberdade maior do que naquela época."

É bom ter essa opção? "Os resultados seriam melhores caso as eleições não fossem compulsórias. Como é obrigado a votar, se vê quem vai parar no Senado", garante o procurador aposentado Krautz. Alécio também acredita que "seria uma maneira de selecionar livre, espontânea e democraticamente."

Em oposição a essa parcela que continua votando após os 70 anos, muita gente aproveita a lei para aposentar também o título de eleitor. São pessoas com alguma doença que dificulta ou as impede de sair de casa. Ou, ainda, aqueles desacreditados com os rumos da política.

Secretária bilingue aposentada e viúva de um russo, Eddy Frantov não

vota faz seis anos, quando saiu de São Paulo em direção à capital catarinense. Voluntária, tanto com crianças quanto com idosos, há 25 anos, ela não se sentiu motivada a transferir a zona eleitoral. "A política me desagrada de tal forma que desisti de votar. Teria que existir alguma outra maneira", desabafo a senhora de 81 anos.

Organizações

Depois de tanto trabalhar, é natural que os idosos se reúnam em grupos como a Associação de Aposentados e Pensionistas - Asaprev. Entidade que agrega pessoas com pelo menos 25 anos de serviço, tem em seu estatuto não se envolver com política. "Não temos filiação partidária. Não queremos interferir na posição dos aposentados", define o presidente João Alfredo Campos.

Na UFSC, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade atua de diversas formas com os idosos. Desde aulas de idiomas até projetos políticos. As bolsistas de enfermagem e de serviço social, do projeto de Intercâmbio Comunitário em Gerontologia, por exemplo, produziram um cartaz em que propostas de vários políticos são apresentadas. O detalhe é que os rostos dos candidatos são cobertos com um papel, o que faz com que a pessoa se interesse pelo conteúdo, e não pelo nome ou partido.

O NETI tem também uma socióloga, que conversa com os idosos sobre seus direitos. "A intenção é lutar pela melhoria de vida, como questões de sa-

neamento e seguridade. Isso reflete no nosso dia a dia, nas nossas comunidades", explica Maria Cecília Gottsfriedt, assistente social do Núcleo. (W.K.)



Wesley Klimpel



Wesley Klimpel

Com o envelhecimento da população, cresce o número de idosos votantes para a eleição. E, mesmo depois dos 70, muitos continuam com vontade de mudar o país.

Eleitores com direito a voto

+ de 70 anos (2010)

4.247.467

5.114.550

9.362.017

+ de 70 anos (2006)

3.561.230

4.071.248

7.642.468

16-17 anos (2010)

Homens

1.176.508

Mulheres

1.214.844

Total

2.391.352

16-17 anos (2006)

Homens

1.255.644

Mulheres

1.300.747

Total

2.556.391

Dados: www.tse.gov.br

ZERO



O convívio na política faz com que jovens descubram a vocação e sigam carreira, mas muitos encontram no partido uma forma de crescimento pessoal. A atuação não se restringe a campanhas eleitorais, mas em vários movimentos sociais

Juventude se engaja para as eleições

Através das Juventudes Partidárias, militantes visam criar vínculo entre partidos políticos e jovens brasileiros

No dia 24 de junho de 2010, centenas de jovens foram às ruas protestar contra o aumento das tarifas do transporte público na Grande Florianópolis. O movimento adquiriu uma grande proporção e teve de ser interrompido pela Polícia Militar. Entre os muitos protestantes, estava Jouhanna Mennegaz, presidente da Juventude Partidária do PCdoB em Santa Catarina. Trata-se de uma jovem socialista de 21 anos que encontrou na política uma forma de combater as desigualdades e buscar as transformações que deseja na sociedade.

As Juventudes partidárias são organizações filiadas às legendas, e que têm como principal objetivo levar a ideologia do partido aos jovens eleitores. Representante da União da Juventude Socialista, Jouhanna acredita que a participação em uma ala jovem de uma sigla política é essencial para a formação do indivíduo. "O crescimento como pessoa é inevitável. Quando se faz parte de uma comunidade, de uma organização, o jovem aprende, entre muitas outras coisas, que projetos individuais não podem ter mais valor que um anseio coletivo".

Formada em Enfermagem na Univali, a jovem revolucionária ainda não parou para pensar na carreira profissional. Isso porque a participação nas campanhas eleitorais das legendas consome a maior parte do seu tempo. Como presidente da Juventude, ela é uma das encarregadas por organizar debates, palestras em escolas, programar reuniões entre os demais membros para discutir temas e propostas direcionadas aos jovens. O esforço é para que a ideologia do partido seja absorvida pela grande parcela de jovens no estado.

"Apesar de cansativa, é uma atividade que me traz orgulho. É bom saber que você está contribuindo e fazendo algo para que uma parte considerável e importante da sociedade possa refletir e, se possível, seguir a sua linha". Não é segredo que a abertura do diálogo sobre política com os jovens é de extrema valia para os partidos e, segundo Jouhanna, as ações realizadas pelas Juventudes conseguem atingir esse objetivo com mais eficiência do que qualquer outro meio. "A lógica é simples: jovem falando de igual para igual com outros jovens tem maior receptividade".

Apesar da paixão por política, Jouhanna não alimenta o sonho de um dia concorrer a cargos parlamentares e ganhar a vida trabalhando na área. O discurso cauteloso, no entanto, não esconde a satisfação atual de estar inserida neste meio. "Não me conformo com muitas coisas e, hoje, vejo no partido uma forma de mudá-las. Tudo o que acontece na política tem relação direta

em nossas vidas. Não adianta apenas falar em mudanças e não fazer nada. O discurso agrega, sim, mas o exemplo é o que faz a diferença". Em outras palavras, descreve a sensação que sente ao falar da participação da juventude no cenário atual. "O jovem está descreditado, sofre um certo preconceito. Ele precisa ter convicção de que ele faz parte do sistema, de que ele é parte da mudança".

Dentro das Juventudes, o convívio no meio político faz com que muitos descubram a vocação e resolvam seguir carreira na área, mas há também aqueles que desde cedo sonham em ser parlamentares e entram para as organizações para se preparar e começar a trilhar o caminho da política. É o caso de Jorge Campos, atual presidente da Juventude Partidária do PMDB. Hoje com 31 anos, decidiu que seria um político aos 17, quando se filiou ao PSBD.

A vivência no meio e o contato com políticos mais experientes trouxeram

Leonardo Lima



Nas Juventudes, os jovens se reúnem, discutem política e meios para exercer mudanças

para Campos a certeza de que a sequência na profissão era inevitável. Após 5 anos frequentando reuniões, audiências e participando das ações na ala jovem do PSDB, tomou, em 2003, a decisão de trocar de partido. "Quem tem o espírito de político sabe como isso é difícil, pois criamos uma relação de cumplicidade, como se fosse um relacionamento", explicou Campos, que também revelou já ter terminado vários namoros para se dedicar à profissão. "São escolhas que fazemos. Quando não recebi o apoio necessário para seguir, optei por me manter focado na minha carreira", disse em tom de confissão.

Após a mudança de partido, Campos passou a se envolver completamente com questões relacionadas à política, principalmente no que dizia respeito ao segmento social ao qual pertencia, a juventude brasileira. Em 2009, foi eleito o presidente da Juventude Partidária do PMDB e tomou como diretriz o desafio de fazer com que a juventude sintasse mais atraída pela política nacional. "O interesse hoje em dia é pequeno pois existem meios mais fáceis de se manifestar, como a internet por exemplo. Na minha opinião, isso gera acomodação, além de não ter impactos reais na sociedade. É uma forma de você organizar as ideias, mas não de exercer alguma mudança", exalta.

Na comparação com gerações anteriores, Campos manifesta um certo descontentamento com a juventude pela

baixa participação em relação a décadas passadas. "Antigamente, o jovem na faculdade tinha a vontade de mudar os meios sociais, hoje em dia não é mais assim".

Há mais de uma década no meio político, Campos fez parte das diferentes gerações. Para ele, o perfil do jovem na atualidade é muito diferente do que era há 10 anos. "Hoje em dia, os jovens que entram para as Juventudes entram com a intenção de mudar pontos específicos, por exemplo a saúde ou a educação. Houve um tempo em que o pensamento era mais generalista". O gen-

eralismo a que se refere é o que faz com que muitos resolvam seguir na política. "Aqueles que têm uma visão geral, que se interessam pelo todo, geralmente são os que viram parlamentares e fazem da política uma profissão".

Ideologias à parte, Jouhanna Mennegaz e Jorge Campos carregam uma certeza em comum. Com a experiência de quem respira política e vive em função dela, a socialista revolucionária e o futuro parlamentar veem na área uma forma concreta de obter mudanças. Eles apostam na força da juventude para decidir os rumos do país. O jovem, por si só, não é o futuro do Brasil, mas, utilizando-se das armas certas, pode ajudar a construí-lo.

"Não adianta só falar em mudanças e não fazer nada. O discurso agrega, mas o exemplo é o que faz a diferença"

Tiago Pereira
tiagoomcpereira@gmail.com

Detentos votam pela primeira vez em SC

Presídio Regional de Blumenau é o único que reúne condições pelos critérios do Tribunal Superior Eleitoral

Os presos que ainda não foram julgados têm a oportunidade de votar pela primeira vez em Santa Catarina nas penitenciárias onde estão recolhidos. Blumenau é a única cidade do estado que terá mesa para votação no Presídio Regional do município. Apenas estabelecimentos com, no mínimo, 20 votantes, podem ter seções eleitorais, conforme decisão do TSE. Dos 499 encarcerados que podem votar em Blumenau, 25 se inscreveram até o prazo - 5 de maio -, já que para eles é facultativo. Os detidos seguem as campanhas eleitorais por meio do rádio e da TV, já que a legislação não permite que os candidatos entrem nos estabelecimentos penais.

De acordo com o agente penitenciário do Presídio de Blumenau Júlio Cesar Ramos, já existe uma sala preparada para a seção, que receberá uma urna eletrônica e um computador enviados pelo TRE-SC. Um preso por vez entrará na sala com algemas e marcapasso (espécie de algemas que vai aos tornozelos), acompanhado por dois agentes, e votará para os seis cargos políticos que estão sendo disputados este ano.

Os estados que possuem presídios com grande número de detidos, como São Paulo, foram apontados pelo presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, como lugares de riscos para a segurança - tanto individual quanto coletiva - e, por isso, sugeriu que o siste-



O Presídio Regional de Blumenau se destaca por apresentar um dos menores índices de fuga de presos. O agente penitenciário Júlio Cesar Ramos vai atuar como mesário.

ma de votação nesses locais fosse criado de maneira gradativa. Isso irá garantir, segundo Lewandowski, o equilíbrio entre os direitos ao voto e a segurança. Já o Procurador Geral Eleitoral, Roberto Gurgel, reconheceu que não se deve ignorar essa hipótese, mas destacou que, se estados menores e com menos estrutura já realizam a votação em unidades penitenciárias, os mais amplos também têm capacidade para a implementação desse sistema, principalmente por apresentarem maiores estruturas.

O Pleno do TRE-SC apontou como

uma das principais dificuldades para a votação nas penitenciárias a impossibilidade de identificação formal dos detidos que não têm documentação. Outros entraves indicados foram a ausência de registros do número de presos recolhidos em delegacias de polícia e a necessidade de submissão dos servidores que atuam nessa tarefa às regras de segurança de cada unidade para garantir a integridade física dos envolvidos. Também foi levantada a questão da adoção de procedimentos de guarda que devem

ser adotados àqueles que forem libertados antes da eleição e que se registram para votar nos presídios.

Com isso, as autoridades do TRE-SC constataram a impossibilidade de instalar seções eleitorais em centros socioeducativos e em delegacias de polícia, tanto pela ausência de documentação quanto pelas condições precárias de segurança, além da alta taxa de rotatividade nesses locais. Apesar da Resolução que trata sobre o voto nos presídios

estabelecer que os Tribunais Regionais Eleitorais e as entidades públicas e civis devam fazer mutirões para a emissão de documento de identificação dos presos provisórios e adolescentes internados, o coordenador do cadastro eleitoral do TRE-SC, Sérgio Manoel Martins, declarou que, por falta de tempo, essa medida não foi realizada.

O voto do preso provisório acontece desde 2002 no Brasil. Nas eleições de

Alex Sobral

2008, 11 estados criaram seções eleitorais em algumas penitenciárias e Sergipe foi um dos primeiros a aderir esse sistema. Este ano, o TSE regulamentou a instalação de urnas em presídios e unidades de internação de menores em todo o país, atendendo à Constituição Federal, que garante à essas pessoas o direito de escolher seus representantes políticos, ficando

suspensão aos presos condenados.

Também são impedidos de votar os estrangeiros que tiveram cancelada a sua naturalização por decisão judicial, os absolutamente incapazes e os que praticarem atos de improbidade administrativa. Os militares não podem votar durante o período de serviço obrigatório.

Luiza Lessa

luizajor@gmail.com

Aumenta mais de 100% o número de eleitores no exterior

Dos quase 136 milhões de eleitores aptos a votar este ano, mais de 200 mil moram fora do Brasil e transferiram suas inscrições eleitorais para os países onde vivem atualmente - um aumento expressivo se comparado às eleições de 2006, que registrou cerca de 86 mil -, de acordo com as estatísticas do TSE sobre o eleitorado das Eleições 2010. A mesma pesquisa mostra que, dos 154 municípios no exterior que podem ter seções, os três com maior número de votantes são Nova York (EUA) com 21.076, Lisboa (Portugal) com 12.360 e Boston (EUA) com 12.330 eleitores. As eleições no exterior acontecem na mesma data que no Brasil.

Para votar a presidente e vice-presidente da República, o eleitor deve comparecer a um dos consulados no país em que se alistou. O engenheiro mecânico Filipe Xavier Costa Andrade mora em Porto (Portugal) desde 2007, e ficou mais interessado nas campanhas depois de ver a mídia portuguesa noticiando

sobre o processo eleitoral brasileiro. "É bem interessante ver como o pessoal aqui vê as eleições no Brasil. Eles têm uma ideia bastante positiva, realçam muito o método utilizado (a urna eletrônica)". Apesar disso, Andrade não transferiu o seu domicílio eleitoral para lá. "Eu gostaria muito de votar, já que seria a única oportunidade em quatro anos. Entretanto, acabei me confundindo nas datas e não me inscrevi a tempo para isso", declarou Andrade.

Aquele que estiver fora do país no dia das eleições e mantiver seu domicílio eleitoral em município brasileiro, é obrigado a justificar o seu voto, até 30 dias depois da sua chegada ao Brasil. Já os brasileiros votantes no exterior e que faltarem no dia das eleições, devem justificar sua ausência às urnas, com prazo de 60 dias, no mesmo país onde se alistaram para votar. Quem não regularizar o seu título eleitoral ficará impedido de participar de qualquer função pública - desde inscrever-se em concursos a rece-

ber salários destes empregos. Também não poderá obter passaporte, carteira de identidade ou até mesmo requerer qualquer documento em repartições diplomáticas a que esteja subordinado, entre outros impedimentos.

Uma das formas dos residentes no exterior se informarem sobre as campanhas eleitorais do Brasil é a Internet. A publicitária Joanna Burigo, que reside em Londres desde 2006, tem se informado sobre as eleições basicamente pelo Twitter. "Este é o meio pelo qual eu tomo conhecimento sobre o que está acontecendo, principalmente através de jornais e revistas que sigo. Por meio dele acabo acompanhando debates online quando eles são veiculados".

Joanna também segue, no Twitter, os candidatos à presidência José Serra e Marina Silva.

A votação fora do território nacional é organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, com o apoio dos consulados ou missões diplomáticas em cada país. De acordo com o Código

Eleitoral, apenas os locais no exterior com, no mínimo, 30 eleitores inscritos, podem criar mesas de votação.

Luiza Lessa

luizajor@gmail.com



Doação privada é decisiva a candidatos

Tramitam 13 propostas em Brasília para modificar modelo que favorece só grandes campanhas na disputa eleitoral

Infográfico: Thiago Verney

Dos cofres às urnas

Veja o quanto os candidatos ao governo do estado receberam até agora para financiar suas campanhas:

Fonte: TRE-SC (1ª e 2ª Parcial)



Rogério Novaes (PV) Valmir Martins (PSOL) Amadeu da Luz (PCB) Gilmar Salgado (PSTU) José Carmelito (PMN) Angela Amin (PP) Raimundo Colombo (DEM) Ideli Salvatti (PT)

O empresário Eike Batista, o homem mais rico do Brasil, admitiu em entrevista ao programa *Roda Viva* da TV Cultura, no dia 30 de agosto, que fez doações às campanhas de Dilma Rousseff e José Serra para evitar prejuízos ao futuro do seu Grupo EBX. A estratégia não passa de mais um número na estatística dos financiamentos privados às campanhas políticas deste ano, forma que é a principal fonte de recursos para candidatos no Brasil. Segundo Jeison Giovanni Heiler, professor de Ciência Política e mestrando em sociologia pela UFSC, tal relação é vista com desconfiança por criar um ambiente de incentivo à troca de favores entre políticos e empresários, fato questionado até por projetos que estão tramitando na câmara e que delimitam doações apenas com dinheiro público.

“O financiamento privado de campanhas é o calcanhar de Aquiles do nosso modelo democrático”, afirma Heiler. A fraqueza do financiamento está na possibilidade que os empresários têm de exigir benefícios daqueles que foram eleitos com a ajuda dos seus recursos. Heiler explica que isso pode facilitar a formação de oligarquias, as quais impedem que outros grupos ascendam ao poder, prejudicando, assim, a democracia.

Sem um controle efetivo da arrecadação de dinheiro pelos atores políticos, a igualdade de disputa fica ameaçada pelo maior custo das campanhas, que requerem uma fonte de recursos milionária. A solução seria limitar os valores das doações, o que a lei, nesse aspecto, é cumprida. As pessoas jurídicas não podem doar mais que 2% do faturamento bruto do ano anterior da eleição, e as pessoas físicas ficam restritas a 10% da renda.

Entretanto, a lei que determina para a própria Justiça o limite de gastos aos cargos em disputa ainda não foi colo-

cada em prática. De acordo com ela, se o judiciário não estabelecer um limite, cabe aos partidos estipularem o valor máximo que podem gastar na eleição. A tática das legendas políticas é manter um teto alto para evitar problemas caso extrapolarem o valor.

Por exemplo, o limite de gastos da candidata ao governo de Santa Catarina Angela Amin é de 11 milhões de reais. Já Raimundo Colombo teve a maior folga para financiar a disputa, num total de 20 milhões, ao contrário de Ideli Salvatti que mensurou um teto de cinco milhões. No entanto, as campanhas presidenciais são mais vultosas. A petista Dilma Rousseff pode gastar até 157 milhões e o tucano José Serra, 100 milhões.

Cartilha ética

As informações sobre a prestação de contas divulgadas no site do TSE são importantes para tornar as eleições mais transparentes. O eleitor tem acesso aos dados financeiros, porém, só saberá quem financiou as candidaturas quando encerrar o período eleitoral. Nesse sentido, alguns candidatos não perderam tempo e já tomaram a iniciativa

de divulgar o nome de seus doadores.

Em Santa Catarina, os candidatos a deputado federal Napoleão Bernardes (PSDB), Leonel David Jesus (PSOL) e Maurício Costa da Silva (PPS), e o candidato a senador Paulo Afonso (PSOL) criaram sites para exibir a prestação de contas da campanha, bem como as pessoas e empresas que os financiaram.

Se os políticos devem comprovar a transparência de suas campanhas, os empresários também devem ser conscientes e éticos em relação ao engajamento nas eleições. Para orientar as empresas que queiram fazer doações para candidatos ou partidos, o Instituto

Ethos publicou a cartilha *A Responsabilidade social das empresas* no processo eleitoral, com explicações detalhadas sobre a legislação eleitoral.

O manual também traz o perfil do financiamento privado no Brasil, feito com base nas mil empresas listadas pela revista *Exame* como maiores líderes da economia nacional. De acordo com o levantamento feito pela cartilha, as mil maiores doaram cerca de R\$ 500 milhões para as campanhas de 2006 e 2008. O setor que mais fez doações foi o de construção, que contribuiu com 1/4 de todos os recursos. São grandes empresas como Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Correia, entre outras.

Projetos parlamentares

O custo das eleições é outro tema de debate. Boas campanhas são caras, o que exige eficiência dos partidos para arrecadar dinheiro junto a empresários e militantes. Para isso, basta analisar os resultados das eleições anteriores: aqueles candidatos que arrecadaram mais fundos tiveram mais chance de se eleger, pois atingiram um número maior de eleitores. O ex-governador Luiz Henrique da Silveira arrecadou R\$7 milhões para a campanha vencedora de 2006. O hoje candidato a senador derrotou no segundo turno Espiridiano Amin, que conseguiu pouco mais de um milhão de reais.

Para diminuir a desigualdade entre os partidos e a influência da esfera privada nas questões eleitorais, há 13 propostas em tramitação na Câmara dos Deputados para mudar o regime de financiamento eleitoral. Um dos principais projetos é o PL 5.281/2009, do deputado Reginaldo Lopes (PT - MG), que propõe, entre outras mudanças, o financiamento das campanhas apenas com recursos públicos. A distribuição seria feita pelo TSE, e a maioria do fundo (80%) seria dividida de acordo com o número de eleitos para a câmara dos deputados. Em 2003, a Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados também apresentou uma

proposta para financiamento exclusivo com dinheiro público.

Os possíveis benefícios seriam a redução dos interesses econômicos na política e o fortalecimento dos partidos. Entretanto, nada garantiria que o dinheiro do caixa dois das empresas e grupos de interesse não continuassem a financiar os partidos na clandestinidade. E a administração gerida apenas pelo governo não iria prevenir a corrupção.

O impacto negativo da medida seria provocar o afastamento dos partidos junto à população, pois, desta forma, eles não precisariam mais da militância voluntária dessas pessoas. Os especialistas alertam que o financiamento exclusivo com dinheiro público possa fazer com que os partidos percam a ajuda deste comprometimento popular, aumentando a dependência do Estado.

“Precisa existir algum tipo de financiamento, é claro. O erro talvez esteja naquele exclusivamente público. E na proibição de doações de recursos privados. Somente proibir não adianta. Não é efetivo. Há que se ter em mente formas de controlar os recursos privados impondo limites e transparência”, afirma o professor Heiler.

Entraves na fiscalização

Outra dificuldade é fiscalizar e comprovar a legalidade de valores milionários. Para se ter uma ideia da grandiosidade do trabalho, só nestas eleições os três principais candidatos à presidência arrecadaram R\$93.437.388, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para que a origem desses recursos seja fiscalizada, os partidos, candidatos e comitês financeiros devem prestar contas ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Eles precisam detalhar ao órgão do

judiciário os recursos recebidos, os seus gastos, o nome dos doadores e o valor que doaram. Durante o processo eleitoral, são feitas duas prestações de contas parciais, divulgadas ao público no site do TSE, porém, sem o nome dos financiadores. Tais serão identificados somente na versão final, publicada depois das eleições.

De acordo com a coordenadora de controle interno do TRE, Denise Goulart, a fiscalização tornou-se mais eficiente com a informatização do proces-

so, que teve início em 2002. A tecnologia possibilitou maior velocidade e segurança no cruzamento das informações fornecidas pelos candidatos com os dados da Receita Federal do Banco

Central e da Polícia Federal. Mas ainda há dificuldades no processo.

“A lei não nos auxilia, é um trabalho de formiga para fiscalizar todas as contas no prazo adequado”, afirma Denise. O período para analisar todos os documentos até o dia da diplomação dos eleitos é curto em relação à quantidade de dados consultada e o número de fiscais. No TRE de Santa Catarina há uma equipe de 25 pessoas para analisar as contas e dar o parecer final oito dias antes da diplomação, no dia 17 de dezembro.

Os candidatos que disputaram o primeiro turno tem até o dia 2 de novembro para entregar a prestação de contas e os que ficaram para o segundo turno tem até o dia 30 de novembro. Com um prazo curto e fiscalização que só pode ser feita no final da campanha, torna-se fácil sumir com comprovantes de pagamento e provas contra quaisquer delitos.

O período que o TRE-SC tem para fiscalizar as doações eleitorais é curto em relação ao contingente de fiscais

Berenice dos Santos
berenicedossantos@yahoo.com.br

Os rostos por trás das candidaturas

Personagens que não têm direito aos minutos de propaganda na televisão, mas que são essenciais nas eleições

Em uma eleição, candidatos recebem atenção quase total da mídia. Entretanto, por trás das câmeras, muitos trabalham para garantir o sucesso de seus favoritos nas urnas. Os motivos que os levam às ruas são variados: desde a identificação com o candidato ou partido até necessidades financeiras.

Não é preciso mais do que alguns minutos de caminhada para notar os contrastes. Jovens, velhos, ricos e pobres trabalhando, muitas vezes, pelos mesmos partidos. É o caso de Eva Tolentino, com sua maquiagem impecável, e Rosarita Costa, de 64 anos, que foram à praça XV de Novembro balançar ban-

deiras. Já Peterson da Silva tem apenas 20 anos e desde os 16 distribui panfletos por acreditar na ideologia do partido.

Alguns optam pelo inusitado, utilizam bonecos e fantasias para atrair eleitores. Vale tudo para chamar a atenção - da Maricota e Bernunça à bicicleta motorizada com cartazes.

O ZERO foi ao Centro de Florianópolis para identificar os rostos que você não vê na televisão, mas que são personagens fundamentais para as candidaturas.

Camila Raposo e Hermano Buss



Camila Raposo



Hermano Buss



Camila Raposo



Camila Raposo



Hermano Buss



Hermano Buss

ZERO